

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Marisa Ighes Orsolin Morgan

PROGRAMA PROJOVEM ADOLESCENTE: UM OLHAR
A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DE HONNETH

Passo Fundo

2014

Marisa Ighes Orsolin Morgan

**PROGRAMA PROJOVEM ADOLESCENTE: UM OLHAR
A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DE HONNETH**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação – FAED, da Universidade de Passo Fundo – UPF, sob a orientação do Professor Doutor Angelo Vítório Cenci.

Passo Fundo

2014

Anelise e Henri, filhos amados.

AGRADECIMENTOS

Não há um eu, se destituído de um nós.

(Norbert Elias)

Tenho muitos agradecimentos a fazer. Esta dissertação se consolidou pela investigação, pelo estudo, pelo diálogo, pela experiência e pela contribuição de muitas pessoas. Nesse sentido, torna-se imprescindível reconhecer que este trabalho é resultado de um movimento coletivo, que possibilitou a superação de limitações e inseguranças. Portanto, muitos agradecimentos são necessários, mas tenho ciência de que, certamente, nem todos estarão contidos nas palavras que seguem. Assim, dedico agora meu “muito obrigada” a algumas pessoas que foram significativas nessa construção.

Ao meu orientador Prof. Dr. Angelo Vitorio Cenci, cuja valorosa orientação e cujos incansáveis estímulo e profissionalismo foram imprescindíveis para a produção deste trabalho, desde seu início até sua conclusão Você congrega a energia de quem sabe o que deve ser feito com a dedicação de quem se propõe a indicar os caminhos com astúcia.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, pela acolhida e pelo estímulo para a investigação.

Aos colegas, em especial do Núcleo de Pesquisa Fundamentos da Educação (Nupefe) , pela disponibilidade para o diálogo, pelas reflexões, pelos questionamentos e pelas contribuições tão essenciais para a aproximação entre o debate e a elaboração da dissertação.

À vida, por oportunizar a presença junto a mim de meus jovens e amados filhos, Anelise e Henri, que me acalentam e desafiam. Vocês são minha razão maior de luta e persistência.

Ao Jaime (*in memoriam*), cuja ausência já conta 19 anos, a quem dedico pequeno trecho da canção de Ivete Sangalo: “se eu não te amasse tanto assim, talvez perdesse os sonhos dentro de mim e vivesse na escuridão”.

Ao Sandro, presença incondicional, cujos vínculo e diálogo me estimularam a assumir este desafio.

Aos meus pais, Benevenuto e Geni, pela presença amorosa que produz proteção.

Às minhas irmãs Eloni, Isabel, Monica e Jaqueline, porque somos parte de um mesmo todo, que se complementa e se diferencia. Suas manifestações de afeto produziram autoconfiança.

À amiga Marcia, incansável companheira. Juntas partilhamos sonhos e projetos profissionais. Agradeço pelas discussões teóricas, pelo incentivo e pela admiração, que produziram autoestima.

Aos demais amigos e às colegas de trabalho, por entenderem minhas ausências.

RESUMO

A presente dissertação propõe, a partir da análise dos eixos estruturantes e das dimensões metodológicas do programa Projovem Adolescente, tematizar a dimensão socioeducativa desse programa. Para tanto, busca-se analisar o Projovem à luz da Teoria do Reconhecimento de Honneth como proposta de educação não formal. Como referência para a investigação, são, aqui, explorados aspectos da identidade político-social do programa, partindo da análise de seus eixos estruturantes, visando situar as dimensões metodológicas que fundamentam as ações socioeducativas desenvolvidas, bem como indicar de que modo essas dimensões podem ser compreendidas como possíveis potencializadoras da busca por reconhecimento através da leitura feita de tais dimensões pelo viés da teoria crítica de Honneth. Assim, o esforço consiste, em última instância, em mostrar que o Projovem Adolescente, enquanto proposta educativa não formal, apresenta um potencial de reconhecimento intersubjetivo capaz de contribuir para a formação da identidade, para a socialização e para a inclusão social. Para dar conta do objetivo estabelecido, parte-se de pesquisa documental com base em documentos oficiais sobre o Projovem Adolescente e de documentos da política nacional de assistência social e afins. À dimensão documental se articula a pesquisa bibliográfica como procedimento analítico-reconstrutivo que, neste trabalho, toma por base um recorte da obra de Honneth e produções acerca do tema do reconhecimento no campo das ciências sociais e da filosofia, bem como de estudos que abordam a educação não formal de maneira direta ou indireta.

Palavras-chave: Projovem adolescente. Reconhecimento intersubjetivo. Socioeducação. Educação não formal.

ABSTRACT

This thesis proposes, from the analysis of the structural axis and methodological dimensions Projovem Adolescent Program, foregrounding the social and educational dimension of the program as proposed handles non-formal education to the Theory of recognition Honneth. Explored as a reference for research, aspects of political and social identity of the program based on an analysis of its main principles in order to situate the methodological dimensions that underlie social and educational activities undertaken by the program under study and indicate how socio methodological dimensions of the program can be understood as possible potentiating the quest for recognition from reading what we make it through the critical theory Honneth. Our effort is, ultimately, to show that the Projovem Adolescent, while non-formal educational program, has a potential for intersubjective recognition can contribute to identity formation, socialization and social inclusion. To realize the goal set is a part-documentary research based on official documents about Projovem Adolescent and documents of national social welfare policy and the like. The documentary dimension articulates the literature as analytical-reconstructive procedure in this work is based on a clipping from the work of Honneth and productions on the theme of recognition in the field of social sciences and philosophy, as well as studies that address education non-formal directly or indirectly, as a Gohn and Caliman.

Keywords: Projovem adolescent intersubjective recognition socioeducation non formal education

LISTA DE ABREVIATURAS

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O PROGRAMA PROJovem ADOLESCENTE ENQUANTO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL.....	13
1.1 O significado social de ser jovem	13
1.2 O Projovem Adolescente como política pública de inclusão social: contextualização, caracterização e proposta metodológica.....	16
1.3 Socialização e socialidades no Projovem Adolescente.....	29
2 O MODELO HONNETIANO DE LUTA POR RECONHECIMENTO INTERSUBJETIVO	34
2.1 O reconhecimento na esfera do amor: afetos e autoconfiança	35
2.2 O reconhecimento na esfera do direito: justiça, igualdade e autorrespeito	38
2.3 O reconhecimento na esfera da estima social	42
2.4 O desrespeito nas relações sociais de reconhecimento	45
2.5 O papel do reconhecimento social.....	47
3 O PROJovem ADOLESCENTE COMO EDUCAÇÃO NÃO FORMAL INTERPRETADO À LUZ DA TEORIA DO RECONHECIMENTO DE HONNETH .	52
3.1 A identidade político-social e os eixos do traçado metodológico do Programa Socioeducativo Projovem Adolescente.....	53
3.2 A dimensão socioeducativa do Projovem Adolescente e a aspiração por reconhecimento.....	59
3.3 O Projovem Adolescente como proposta de educação não formal lida à luz da teoria do reconhecimento.....	64
3.4 O Projovem Adolescente como educação não formal: possibilidades abertas mediante relações de reconhecimento intersubjetivo	68
4 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	75
5 REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

A presente dissertação resulta da investigação de um programa socioeducativo com adolescentes proposto pelo governo federal brasileiro. Programas de referência socioeducativa vêm sendo formulados e discutidos ao longo do tempo na política nacional de assistência social. No entanto, até pouco tempo atrás, a abordagem com crianças e adolescentes em programas governamentais, tanto em nível municipal quanto federal, tinha forma assistencialista ou então voltava-se à possibilidade de “ocupar o tempo” dos envolvidos. A oferta de programas sociais como uma forma de ocupação na assistência social possivelmente tenha ocorrido em decorrência da falta de uma política educacional que assegurasse o atendimento integral de modo a contemplar o turno inverso ao escolar para crianças e adolescentes, filhos de famílias em situação de risco ou de vulnerabilidade, decorrentes de sua situação social e econômica. Nesse sentido, os programas sociais representavam simplesmente um espaço de ocupação do “fazer por fazer” ou do “cuidar por cuidar”, sem vislumbrar um enfoque pedagógico que promovesse o desenvolvimento integral e assim contribuísse para o protagonismo infanto-juvenil.

Atualmente, o trabalho na assistência social se confronta com diferentes segmentos sociais e distintas realidades em que vivem os demandantes da política pública de assistência social. São contextos sociais, na maioria das vezes, de sofrimento, exclusão e desigualdade, experimentados de diferentes maneiras pelos sujeitos, relacionados à sua situação familiar, aos recursos internos e externos e dos serviços e equipamentos oferecidos pela comunidade e pelo Estado para o enfrentamento da situação vivida. Refere-se ao enfrentamento, pois a superação da situação exige a mobilização de mecanismos que nem sempre são constituintes do processo formativo dessas pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Em contrapartida, o serviço social tem procurado atuar efetivamente na garantia de direitos e na perspectiva de inclusão social dos demandantes do seu trabalho, reiterando a necessidade de garantia de direitos e da possibilidade de superação dos processos sociais que provocam a exclusão social e o sofrimento dos sujeitos considerados vulneráveis. Como profissional e estudiosa do Serviço Social, os questionamentos sobre como a categoria tem contribuído nos processos inclusivos me levam muitas vezes a perguntas sem respostas ou a respostas inconclusas, considerada a amplitude da questão social e a forma de atuação profissional do assistente social, especialmente na Política Pública de Assistência Social.

A política de assistência social é composta de um conjunto de programas previamente elaborados em nível nacional que, embora ofereçam a possibilidade de adequação à realidade

local, seguem um padrão de elaboração gestado nacionalmente. A Assistência Social busca prestar serviços socioeducativos que, na prática, preenchem a falta do tempo integral escolar, porém, se constitui como um espaço de prevenção às diversas vulnerabilidades e situações de risco pessoal e social. Especificamente nos programas direcionados à juventude, os encaminhamentos da assistência social, por mais simples que sejam, podem contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e, conseqüentemente, para a promoção do protagonismo infanto-juvenil.

Nessa direção do repensar e do refazer da política nacional de assistência social, materializado por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), composto por uma rede articulada e orgânica de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, encontra-se o programa federal Projovem Adolescente, serviço de caráter socioeducativo. O Projovem Adolescente é um serviço socioassistencial continuado que também articula um conjunto de ações dos dois âmbitos das proteções sociais, a saber, básica e especial, com o intuito de desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário. Destina-se a jovens de famílias em condições de extrema pobreza e àqueles marcados por vivências resultantes de diferentes situações de risco e de vulnerabilidade social. Esse serviço oferece um espaço de convivência social voltado ao desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições para atuação crítica para que saiba como prever, reconhecer e assumir a responsabilidade de interferir e de fazer com que coisas importantes aconteçam no seu contexto.

O programa tem por objetivo desenvolver o protagonismo juvenil por meio da escolarização, da orientação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento de ações comunitárias como via de inclusão social. É um programa de ação socioeducativa, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, direcionado a jovens de 15 a 17 anos, oriundos das famílias beneficiárias da Bolsa Família, jovens egressos de programas e serviços de proteção social especial ou jovens que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas prescritas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como política pública, o programa representa um importante avanço na concepção política de proteção e de promoção social para a juventude na consolidação de direitos de cidadania e na oportunidade de desenvolvimento das potencialidades e capacidades dos jovens envolvidos nesse programa.

As dimensões metodológicas de referência socioeducativa do Projovem Adolescente são um campo permeado de possibilidades de relações intersubjetivas. Tais relações estabelecem influências significativas na formação das identidades dos jovens que elaboram sua condição de “ser”. Disso decorre que as relações de reconhecimento e sua negação têm

influência sobre o processo pedagógico de formação dos jovens, o que permite evocar a possibilidade de compreender as dimensões metodológicas socioeducativas do Projovem como fomentadoras da aspiração por reconhecimento, quando vinculadas à proposta de um tipo de educação denominado de não formal. Nessa perspectiva, o objetivo central que orienta a presente investigação é, a partir da análise dos eixos estruturantes e das dimensões metodológicas do programa, tematizar a dimensão socioeducativa do Projovem Adolescente enquanto proposta de educação não formal lida à luz da teoria do reconhecimento. Nosso esforço consiste, em última instância, em mostrar que o Projovem Adolescente, como proposta educativa não formal, possui um potencial de reconhecimento intersubjetivo capaz de contribuir para a formação da identidade, a socialização e a inclusão social.

A investigação proposta nesta dissertação é constituída metodologicamente por duas dimensões. Parte-se de uma pesquisa documental acerca do programa Projovem Adolescente, evidenciando-se aspectos metodológicos, tendo em vista o entendimento das dimensões do programa e sua proposta socioeducativa. A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, pois permite examinar documentos de forma analítica em busca de informações, de novas interpretações ou interpretações complementares para a delimitação do enfoque da pesquisa e para o estudo apresentado, para o que nos valem os documentos da política nacional de assistência social, norteadores do Projovem Adolescente. A pesquisa documental tomou como referência essencialmente a publicação da Secretaria Nacional de Assistência Social – que conta com cadernos técnicos com orientações sobre o Projovem Adolescente Socioeducativo –, a Lei Orgânica da Assistência Social, as contribuições de autores como Abramo, que aborda o tema da juventude e também é referenciado em sites oficiais do Governo Federal, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal Instituto contribuiu, sobretudo, na busca de indicadores sobre a condição juvenil no país.

A segunda dimensão é a bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que implica, a partir do objeto da investigação, um movimento contínuo de apreensão dos objetivos, observância de etapas, leituras, questionamentos, análise e interlocução crítica com o material bibliográfico e vigilância epistemológica que permitem diversas possibilidades na apreensão das múltiplas questões que envolvem a pesquisa. Com base na pesquisa bibliográfica, a análise conceitual é desenvolvida a partir de fontes distintas e as produções de referência se concentram no campo das ciências sociais e da filosofia, por meio de autores como Axel Honneth, bem como estudiosos que abordam a educação não formal de maneira direta ou indireta, como Gohn e Caliman. O procedimento ao qual se

recorre nessa dimensão é o analítico-reconstrutivo, que envolve a leitura da teoria crítica de Honneth, a qual nos auxilia a tematizar o Projovem Adolescente como proposta de educação não formal à luz da teoria do reconhecimento. O recorte, nessa perspectiva, se efetiva orientado pela análise da proposta metodológica do programa e da educação não formal, análise essa que é guiada pelo conceito que constrói a questão da pesquisa, a saber: a busca por reconhecimento.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, a partir de pesquisa documental, são explicitados os conceitos, a fundamentação teórica, a estrutura de funcionamento, os recursos humanos e a proposta metodológica que orientam o programa Projovem Adolescente. O objetivo é analisar sua finalidade como programa socioeducativo que propõe a inclusão de jovens empobrecidos e estigmatizados econômica e socialmente e que se encontram em situação de risco e de vulnerabilidade social. É dada especial atenção às dimensões que embasam as ações socioeducativas que servem de referência pedagógica ao programa, as quais se constituem como elemento fundamental nesta investigação.

No segundo capítulo, são tematizados aspectos centrais do modelo teórico de Honneth e o papel desempenhado pelo reconhecimento intersubjetivo nesse modelo. São abordados, ainda, o reconhecimento na esfera do amor e o papel dos afetos e da autoconfiança; o reconhecimento na esfera do Direito e o significado da justiça, da igualdade e do autorrespeito; o reconhecimento na esfera da estima social e o sentido da autoestima. Tratamos, também, do problema do desrespeito nas relações de reconhecimento e do papel do reconhecimento social de um modo mais detalhado.

O terceiro capítulo retoma a discussão do Projovem Adolescente para compreendê-lo agora como uma proposta de educação não formal interpretada à luz da teoria do reconhecimento de Honneth. Explora como referência para a investigação aspectos da identidade político-social do programa, partindo da análise de seus eixos estruturantes, visando situar as dimensões metodológicas que fundamentam as ações socioeducativas desenvolvidas pelo programa em estudo. Na sequência, indica-se como as dimensões metodológicas socioeducativas do programa podem ser compreendidas como possíveis potencializadoras da busca por reconhecimento, a partir da leitura das dimensões pelo viés da teoria do reconhecimento honnethiana. No passo final desta investigação, o Projovem Adolescente é tematizado como proposta de educação não formal e as possibilidades de ampliação são exploradas sob a luz da teoria do reconhecimento honnethiana. Dentre as possibilidades abertas pela referida teoria, surgem a inclusão social e a socialização como aspectos do processo de aspiração por reconhecimento potencializada pelo programa nas

instituições sociais como um excedente de validade. Dessa forma, na finalização desse capítulo, são apontadas as possibilidades de ampliação no Projovem Adolescente mediante essa teoria.

1 O PROGRAMA PROJovem ADOLESCENTE ENQUANTO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o programa socioeducativo Projovem Adolescente. Para isso, parte-se dos pressupostos da proposta que o sustenta, bem como de alguns aspectos necessários à sua análise. Recorre-se à pesquisa documental realizada em documentos do órgão oficial que instituiu o programa a nível nacional. De início, são abordados a compreensão do conceito de juventude, o entendimento e as dimensões que compõem a construção histórica e conceitual da categoria a partir da percepção do jovem como um ser social que agrega características próprias do ciclo de vida, expressadas na sua singularidade e pluralidade, representadas pelas possibilidades de inclusão, de inserção social e também pela busca por reconhecimento como pessoa.

Na sequência, com base em documentos do Ministério do Desenvolvimento Social e outros dados de fontes oficiais, é apresentado um panorama sobre a situação atual da juventude no Brasil, bem como o programa Projovem Adolescente, sua composição, origem, proposta, concepção teórica e metodológica, bem como o entendimento da dimensão socioeducativa que se apresenta como proposta central para a inserção social dos jovens. Nesse aspecto, a proposta deste capítulo é a de apropriar-se de elementos que poderão subsidiar a investigação e posterior análise teórica do problema.

1.1 O significado social de ser jovem

A grande variedade de imagens e informações cotidianamente associadas aos jovens, vinculadas no meio social e nos meios de comunicação social, interferem na compreensão de juventude que socialmente se faz e que é feita por ela própria. Esse período de transitoriedade da infância à idade adulta caracteriza-se por rebeldia, indisciplinas, crises de autoestima, conflitos de personalidade e intervêm na forma como os jovens constroem suas experiências.

Uma abordagem abrangente da juventude conduz para a delimitação etária desse período, entretanto, o desafio da compreensão do jovem como ser social é tomá-lo como sujeito inserido em meio social em interação com outros sujeitos. De acordo com Dayrell (apud Charlott, 2003, p. 42), a definição do jovem no papel de sujeito social reside em percebê-lo como alguém movido por desejos, aberto ao mundo, que tem historicidade e se encontra em relação com outros sujeitos. No entanto, ao mesmo tempo em que é percebido com um ser social, que tem uma origem familiar e que ocupa um determinado papel social

inserido em relações sociais, o jovem é um “[...] ser singular que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade” (DAYRELL apud CHARLOTT, 2003, p.43).

Disso infere-se que analisar o jovem como ser social requer considerar um conjunto de variantes imbricado em seu desenvolvimento, em sua formação e em seus relacionamentos sociais. Muitos dos aspectos que interferem na formação do jovem como ser social são externos à sua vontade ou ação, tais como a escolaridade, o sexo, o gênero, a raça, a cor, a condição socioeconômica e outros. Entretanto, essas dimensões vão interferir na sua constituição de sujeito social, como pessoa inserida no mundo em que esses aspectos confirmam sua identidade e a de seus iguais. Todavia, é no grupo do qual faz parte que o jovem pode experimentar, interpretar e vivenciar relações contraditórias entre si e com a sociedade, permitindo a tomada de posição e a formação de opinião e constituindo-se como um sujeito social inserido em um contexto comunitário social, tornando-se capaz de refletir, ter suas posições e ações.

Olhando o jovem como sujeito social, observa-se que, para além de sua formação como sujeito, está a necessidade de inserção em uma sociedade que vive o problema da exclusão com uma estrutura socioeconômica que não oferece espaço para todos. Assim, ao empreender essa investigação, é necessário, em um primeiro momento, compreender o fenômeno da inserção social dos jovens brasileiros empobrecidos que buscam, pelo recurso a programa socioeducativo, sua inclusão na atual sociedade. Há que se perceber que conceitos e perspectivas cercam essa política pública para, depois, em um segundo momento, estabelecer relações com as possibilidades teóricas que pensam esses indivíduos como pessoas que buscam o seu reconhecimento como um grupo inserido em uma comunidade de valores.

Ser jovem significa pertencer a uma determinada faixa etária, ter nascido em um mesmo período cronológico e, por isso, também vivenciar aspectos políticos e culturais, econômicos da realidade de forma simultânea e conjunta com seus pares. Assim, a juventude é uma construção histórica, única e particular, constituída de diferentes objetivos e ideais que se contextualizam no momento presente. Sobre juventude, há discussões e opiniões variadas; afinal, todos se sentem à vontade em opinar, pois são ou já foram jovens e também convivem e interagem com jovens. Entretanto, a abordagem do tema permite um amplo leque de possibilidades, as quais contemplam, desde as suas condições biológicas, sociais, psicológicas, até outras de diferenciado enfoque, conforme a situação ou disciplina. Porém, o termo juventude, tão comumente utilizado em discursos e expressões cotidianas, ainda,

desperta indagações e indefinições. A superficialidade com que o tema muitas vezes é abordado o torna uma demanda percebida, mas não inserida nos debates acadêmicos atuais.

Das fases do desenvolvimento humano, a juventude é considerada o período de formação humana no qual a subjetividade busca espaço com postura de mudança e liberdade. Perceber a juventude requer um olhar para além da adolescência. A condição juvenil é a fase transitória entre a infância e a idade adulta, ou seja, da infância, ligada ao desenvolvimento físico, emocional e cognitivo para a interação social e autonomia aliada a novos papéis e funções socialmente delegadas, que determinam um lugar socialmente atribuído e que possivelmente deve ser assumido pelo jovem como membro de um coletivo.¹

A perspectiva moderna de entendimento sobre a juventude relaciona-se, para Abramo (2008), com a existência de uma segunda etapa de socialização que se centra na relação entre as capacidades físicas de produção e reprodução e a maturidade social e emocional necessária à sua realização, colocando a juventude como uma etapa tensionada pela ambiguidade do adiamento dos “[...] direitos e deveres da produção, reprodução e participação” (ABRAMO, 2008, p.41), e o tempo necessário à formação e à preparação para o exercício desses como cidadãos. Há um significado social atribuído e construído para esse ciclo de vida, sendo necessário, para a sua análise, percebê-lo como um conceito historicamente construído, com um significado e uma representação social que também possui uma dimensão simbólica abrangente e que envolve as condições históricas, materiais, sociais, culturais e políticas nas quais a etapa se insere, bem como a forma como os jovens atribuem significações e expressam no contexto de uma sociedade cada vez mais globalizada.

Parafraseando Abramo (2008), na atualidade, o tema juventude precisa ser pronunciado no plural, como “juventudes”, para lembrar as diferenças e desigualdades que atravessam a condição juvenil.² A compreensão de que não existe um consenso na interpretação conceitual de juventude passa pela compreensão da construção do conceito, pois apresenta uma dimensão social e representativa, que vai do consenso em relação ao desenvolvimento biológico, à idade cronológica, às mudanças físicas e psicológicas, à

¹ Para Abramo (2005), os conteúdos, a duração e o significado social da juventude são culturais e históricos e nem sempre apareceram demarcados como uma etapa singular. Sociologicamente, o termo juventude nasce na sociedade moderna ocidental (com maior desenvolvimento no Século XX), como um tempo a mais para a preparação (uma segunda socialização) para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial necessitava. Preparação realizada por instituição especializada (escola), implicando a suspensão do mundo produtivo e da permissão de reprodução e participação; assim, os elementos centrais da condição juvenil estão na situação de ficar livre do trabalho e dedicar-se ao estudo em uma escola.

² Para Abramo (2008), juventude é reconhecida como condição válida dotada de sentidos em todos os grupos sociais, embora com significação e situações diferenciadas, sendo o debate sobre condição juvenil centrado nos diferentes modos de como tal condição pode ser experienciada.

diversidade interpretativa de sua representação social em cada tempo histórico, ao grupo social e à valoração cultural. A interpretação associa-se à forma como essa diversidade se concretiza a partir das representações sociais, culturais (étnicas, religiosas e de valores), de gênero, escolaridade, formação, dentre outros aspectos, resultando então no conceito de “juventudes”. A construção de tal conceito, nessa perspectiva de diversidade, significa percebê-la em sua amplitude, mas com especificidades a partir das vivências particulares dos indivíduos no seu contexto social.

Os conceitos de juventude e adolescência são referidos nas concepções e na fundamentação teórica do programa, que partem da premissa de que ser jovem

[...] significa responder por inserções singulares e experimentar, de forma conflituosa: hierarquia de classes; as desigualdades sociais, a maior ou menor exposição à violência e os limites entre a vida e a morte; as condições de gênero, etnia, nível de escolaridade, qualidade de moradia, pertença familiar; diversidade cultural; o acesso ou exclusão de consumo; participação política, cultural e comunitária; o protagonismo juvenil (BORELI; ROCHA; OLIVEIRA, 2007, p.15).

Isso nos transmite a ideia da necessidade de compreensão da juventude como uma etapa da vida vivida de forma singular e plural gestada nas tensões entre e seu mundo interior e o mundo dos outros, mundo que tende a não perceber os avanços e modificações societárias na mesma perspectiva do jovem. Desse modo, o processo de inserção do jovem na sociedade constitui-se como um processo de busca constante pelo reconhecimento.

Alguns aspectos demarcam a transição da vida juvenil para a adulta, tais como o início da vida de trabalho, o casamento, o morar sozinho, entre outras vivências que ocorrem em idades diferenciadas em cada jovem. Entretanto, a inserção social é o elemento primordial nessa etapa transitória, devendo-se compreender o jovem como um sujeito social em formação que busca a inserção e a autoafirmação como indivíduo participante da sociedade, dotado de possibilidades e limites – tanto os resultantes de sua constituição quanto os impostos pelo meio, o que se mostra fundamental para a pesquisa que pretendemos.

1.2 O Projovem Adolescente como política pública de inclusão social: contextualização, caracterização e proposta metodológica

A elaboração e a implantação de políticas públicas são resultados de inquietações sociais e políticas que buscam compensar e possibilitar o reconhecimento da cidadania. Dentro dessa perspectiva, várias teorias têm oferecido categorias de análise com o objetivo de

construir instrumentos eficazes de implantação e acompanhamento de políticas públicas em torno das quais se discute a eliminação e/ou a diminuição das desigualdades sociais nos segmentos sociais específicos. A política de assistência social oferece, na modalidade socioeducativa,³ programas para adolescentes e jovens especialmente em situação de desigualdade e vulnerabilidade social.⁴ Esses objetivam a inserção dos jovens nos processos educacionais, a capacitação para o trabalho, a participação na comunidade em ações coletivas de interesse público, a ampliação do seu acesso à cultura e à inclusão digital. Buscando atender a essa demanda, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) elaborou, no ano de 2009, o programa denominado Projovem.⁵ Para alcançar suas finalidades, o Projovem Adolescente se propõe a considerar as especificidades dos jovens atendidos no programa por meio de uma rede de direitos que possibilite a esses jovens a superação de sua situação de exclusão. Para tal, destaca a importância da formação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã.

É importante conhecer estatisticamente a população para a qual o programa é pensado, razão pela qual apresentamos alguns dados relevantes na formatação do Projovem, a partir de informações consultadas em órgãos oficiais apresentadas no traçado metodológico do programa. Segundo o Censo 2010, os jovens entre a idade de 15 a 17 anos representam 20% do total da população jovem brasileira, ou seja, 10,2 milhões. Expressivo grupo, composto por 27,9% dos jovens, está vivendo nas regiões metropolitanas, grande parte em favelas e periferias, espaços caracterizados pela falta de segurança, transporte, infraestrutura, saneamento básico e dificuldades de acesso à escola. Já no que concerne ao percentual de jovens residindo nas áreas urbanas do País, segundo o PNAD/2009, esse é de 84,8%, ou seja, grande parte da população juvenil concentra-se nas cidades.

Considerando a renda per capita, conforme IBGE/2010, 28% dos jovens brasileiros que têm entre 15 e 17 anos vivem em famílias com renda de um quarto do salário mínimo: 50% vivem em famílias com renda per capita menor ou igual a um salário mínimo e 11%

³ Modalidade definida por um conjunto de ações em que o profissional e usuários juntos buscam alternativas para a demanda apresentada há uma reflexão sobre a demanda e por meio do diálogo, do saber profissional e institucional são propostas alternativas de resolutividade.

⁴ Conforme o *Dicionário de termos técnicos da Assistência Social* (2007, p.110), representa uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental das famílias e das pessoas enfrentar os desafios que dificultam seu acesso às oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Refere-se a uma diversidade de situações de risco, determinada por fatores físicos e econômicos, bem como pela etnia, pelo ciclo de vida e por outros que favorecem a exclusão social.

⁵ O Projovem foi instituído pela Lei Federal 11129/95 e alterada pela Lei 11691/02. Conforme disposto na Lei o Projovem passou a abranger a faixa etária de 15 a 29 anos sendo desenvolvido nas seguintes modalidades: I - Projovem Adolescente- Serviço socioeducativo; II - Projovem Urbano; III - Projovem Campo Saberes da Terra; e IV - Projovem Trabalhador.

com renda superior ao salário mínimo vigente. Quando se observa a condição de escolaridade, conforme dados do PNAD/2011, evidencia-se que 10,5 milhões de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola, o que representa 16,3% do total de jovens do País (na Região Sul do Brasil, a porcentagem é de 17,8%). Ainda sobre a situação de escolaridade, dados do IBGE (2010) apontam que 53,5% dos jovens com idade entre 15 e 29 anos frequentam a escola, mas que somente 40% estão no nível de escolarização adequada à faixa etária. Revelam, ainda, que somente 11% dos adolescentes entre 14 e 15 anos concluíram o ensino fundamental. Um aspecto positivo que chama atenção é que a escolarização dos jovens aumentou em relação ao censo anterior, sendo que os dados de escolaridade entre os jovens levantados pelo IBGE/2010 apontaram que 35,9% concluíram o ensino fundamental por meio de Alfabetização/EJA + Fundamental; 46,3% concluíram o ensino Médio, 16,2% concluíram ou cursavam o ensino superior e 1,6% nunca frequentou a escola.

A juventude tem se apresentado como um tema emergente na atualidade. Há uma preocupação evidente do governo e da sociedade em relação a esse segmento. Isso se deve, em parte, à importante representatividade dessa parcela populacional e, também, pela grande proporção dessa que se situa entre a população mais empobrecida, com tendências de sofrer preconceito, estigma e maiores possibilidades de ter de enfrentar problemas como desemprego, violência, pobreza e miséria, decorrentes da questão social.⁶

Segundo dados governamentais (PNAD, 2011)⁷, 14 milhões de jovens brasileiros vivem com renda *per capita* familiar de até R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais), representando 28% do total de jovens⁸ do país. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010) demonstram que a população de jovens no Brasil, com idades entre 15 e 29 anos, é de 51.340.473 indivíduos, representando 26,8% do total populacional do país. Embora as projeções indiquem uma tendência de aumento da população de idosos nas

⁶ A **questão social** diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades da sociedade. A questão social surgiu no Século XIX, na Europa, e iniciou para exigir a formulação de políticas sociais em benefício da classe operária, que estava em pobreza crescente.

⁷ PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, pela qual são obtidas anualmente informações sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho, rendimento e características dos domicílios e, com periodicidade variável, fornece informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos, abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados nessa pesquisa.

⁸ Reafirmando as necessidades e as potencialidades das diferentes juventudes brasileiras, os documentos do Conselho Nacional da Juventude estabelecem também a seguinte subdivisão etária: jovem-adolescente, entre 15 e 17 anos; jovem-jovem, entre 18 e 24 anos; jovem-adulto, entre 25 e 29 anos. Posteriormente, essa mesma classificação foi adotada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para análise socioeconômica da realidade juvenil. Essa classificação contribui para o aperfeiçoamento de desenhos de programas e ações, pois os desafios colocados para os jovens de 16 anos são bastante distintos dos enfrentados pelos jovens de 24 ou 29 anos.

próximas décadas e o decréscimo no número de jovens, estima-se que em 2050 a população de jovens na faixa etária referida será 49,5 milhões de pessoas.

A baixa renda familiar é um dos principais fatores que leva 3,2 milhões de adolescentes brasileiros com idade de 12 a 17 anos (PNAD, 2007) a se inserir precocemente no mercado de informal de trabalho, realizando trabalhos informais, com baixa remuneração e trabalho insalubre e com jornada de trabalho excessiva que compromete a sua permanência na escola. Levantamento do IBGE refere que, no último Censo, realizado em 2010, 53% dos jovens de 15 a 29 anos estavam trabalhando. A taxa de desemprego na faixa etária dos 15 a 24 anos correspondia a 16,3%. Já em relação à faixa etária dos adolescentes entre 15 e 17 anos, os dados apontaram que 65% estudavam e apenas 16% estavam trabalhando. Os dados apresentaram um expressivo número de jovens que trabalham e não têm vínculo formalizado de trabalho, portanto, estão sem garantias trabalhistas e previdenciárias.

A população representada pela juventude tem sido diretamente relacionada a problemas sociais como violência, desemprego, baixa escolarização e pobreza. Esses problemas quase sempre são interpretados como decorrentes da situação social que vivem os jovens e ameaçam a “ordem” social em seu conjunto, necessitando, de alguma forma, de atenção e acompanhamento. Os dados apresentados indicam como o contexto social brasileiro ainda é fortemente marcado por desigualdades sociais que atingem também a parcela jovem da população, tornando-a vulnerável à exclusão social. O público jovem para o qual o programa foi elaborado se expressa em indicadores sociais que mostram sua situação de risco social. Nesse sentido,

[...] concorrem para a vulnerabilidade juvenil o baixo nível de renda, o acesso restrito a educação de qualidade, ao esporte, ao lazer e à cultura, a falta de alternativas de formação para o mundo do trabalho, a violência urbana, o envolvimento com as drogas e a gravidez precoce (BRASIL, 2009b, p. 22).

O Projovem Adolescente está inserido nesse contexto e caracteriza-se por ser uma política pública com uma perspectiva de inclusão social e de prevenção para superação de vulnerabilidades. Trata-se de um programa socioeducativo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. Define-se como um programa socioeducativo do Sistema Único de Assistência Social de Proteção Social Básica⁹ destinado a jovens com idades entre 15 e 17

⁹ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estabelece três níveis de proteção: inicial, básica e plena, atribuindo responsabilidades e incentivos para cada um deles. Municípios em todos os níveis de gestão devem possuir Conselho, Plano e Fundo Municipal de Assistência Social em pleno funcionamento. Aqueles que quiserem se habilitar no nível de gestão básica ou plena devem, entre outros requisitos, dispor, planejar e organizar sua rede de proteção social básica por intermédio dos Centros de Referência da Assistência Social

anos, de famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza,¹⁰ vinculados ao programa Bolsa Família¹¹ ou que se encontram em risco ou vulnerabilidade social decorrente de seu modo de vida, envolvidos em situações tais como exploração e abuso sexual, maus tratos, trabalho infantil, abandono, negligência, conflito com a lei, cumprimento de medidas socioeducativas¹² dispostas no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

A Política Nacional de Assistência Social define como finalidade das ações socioeducativas as seguintes:

Assegurar proteção social e promover a defesa e afirmação dos direitos à emancipação, autonomia e cidadania, proporcionando aprendizagens que são construídas na interação entre os jovens e os diversos contextos nos quais estão inseridos; criar oportunidades de identificação e talentos dos jovens e, desenvolver as potencialidades juvenis, por meio da apropriação e sistematização de informações e saberes para a atuação crítica e pró-ativa no mercado de trabalho e em seu meio societário (BRASIL, 2009b, p. 24).

O Traçado Metodológico do programa (2009) caracteriza o Projovem Adolescente como: a) programa que integra a Política Nacional de Juventude, com a finalidade de gerar oportunidades que garantem direitos aos jovens; b) política pública integrante do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, atendendo exclusivamente à faixa etária compreendida entre os 15 e 17 anos de idade; c) programa que integra e atende aos princípios, às diretrizes e aos objetivos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS); d) programa inserido nos serviços socioassistenciais descritos e preconizados no art. 23 da Lei Orgânica da Assistência

(CRAS), em quantidade proporcional ao seu porte. Nesse contexto, o município assume a gestão da proteção social básica da assistência, prevenindo situações de risco a partir da oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que possibilitem fortalecer os vínculos familiares e comunitários, levando em conta a territorialização e a garantia de direitos aos usuários (NOB-SUAS, 2005).

¹⁰ A Política Nacional de Assistência Social, baseando-se no critério de renda considera famílias em situação de extrema pobreza aquelas que possuem renda per capita mensal de R\$ 70,00 por pessoa da família e em situação de pobreza aquela cuja a renda por pessoa da família varia entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 mensais.

¹¹ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda direta que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família tem três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos na área de educação, saúde e assistência social e as ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 07 out. 2013.

¹² Medidas socioeducativas - as medidas socioeducativas estão previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e se aplicam aos adolescentes que cometem algum ato infracional. São sete as medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. Para o ECA, adolescentes são as pessoas que têm entre 12 e 18 anos de idade.

Social¹³ (LOAS), uma vez que contempla os princípios da universalidade e gratuidade no atendimento, conforme descrito nos art. 4º e 5º da lei nº 8.742 (LOAS), assim especificados: a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; a universalização dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável para as demais políticas públicas; o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito aos benefícios e aos serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; a descentralização político-administrativa para os estados, o Distrito Federal e os municípios; a participação da população por meio de organizações representativas na formulação das políticas e do controle das ações em todos os níveis, entre outros.¹⁴

Outro eixo estruturante do programa apresentado pelo Traçado Metodológico (2009) é a característica que o coloca como integrante das políticas públicas direcionadas à diminuição da pobreza e ao enfrentamento das desigualdades sociais, a saber: responsabiliza-se por iniciativas na formação social do jovem. A formulação do programa partiu de diagnóstico preliminar realizado por um Grupo Interministerial,¹⁵ que, após levantamento do cenário político-institucional dos programas já existentes e da situação dos jovens no Brasil, estabeleceu diretrizes para uma política pública para a juventude, buscando superar desafios para a elaboração de um programa que proporciona

[...] ampliar o acesso e permanência dos jovens na escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; prepará-los para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover vida saudável; democratizar o acesso dos jovens ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social dos jovens; melhorar a qualidade de vida do jovens no meio urbano e rural e nas comunidades de referencia (BRASIL, 2009a, p.15).

¹³ A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da assistência social no Brasil. É o instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, aquilo que está escrito na Constituição Federal, nos seus Artigos 203 e 204, que definem e garantem o direito à assistência social. A LOAS institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulneráveis da população. Os pressupostos constitucionais de assistência social também se concretizam por intermédio da Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: http://www.mesquita.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=408&Itemid=376#sthash.6tL3EJ5W.dpuf. Acesso em: 08 out. 2013.

¹⁴ Para detalhamento e leitura completa dos incisos dos artigos 4º e 5º consultar a Lei Orgânica da Assistência Social, Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993.

¹⁵ Formado em 2004, o Grupo de Trabalho Intersetorial da Juventude reúne 18 Ministérios e Secretarias e é coordenado pela Secretaria da Presidência da República. Esta questão ganhou prioridade nos anos de 2005, com a Criação da Secretaria Nacional da Juventude-SNJ, do Conselho Nacional da Juventude-CONJUVE e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens- PROJOVEM, instituídos pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.

Para as atividades do Projovem Adolescente, os jovens são divididos em coletivos, compostos de 25 adolescentes e com um ciclo de duração de 24 meses, determinado para alcançar os objetivos propostos. Os objetivos do programa contemplam as multidimensões da condição juvenil, visando completar a proteção social básica à família – criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária – e propiciar meios para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional (BRASIL, 2009a). Ainda, segundo a Portaria 171/2009¹⁶ do Ministério do Desenvolvimento Social são objetivos específicos do programa:

I - promover a convivência social entre os jovens e destes com suas famílias, grupos sociais diversos, instituições e organizações públicas e privadas, ampliando e qualificando suas redes de socialidade, sociabilidade e apoio; II - desenvolver potencialidades e estimular aptidões e talentos, promovendo a autoestima, a autodeterminação e a autonomia dos jovens; III - ampliar as referências culturais dos jovens, por meio da geração de oportunidades de acesso e fruição de bens culturais, do estímulo à criação e à produção artística e cultural, bem como pelo reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira; IV - promover a saúde dos jovens, por meio do compartilhamento de conhecimentos e informações sobre saúde sexual, direitos reprodutivos, DSTs, AIDS, gravidez na adolescência e uso abusivo de drogas, incentivando a prática do autocuidado e do cuidado com o outro; V - promover o acesso ao esporte e ao lazer a partir dos valores de solidariedade, cooperação mútua e de satisfação das necessidades humanas; VI - estimular a reflexão sobre a relação entre ser humano e natureza, contribuindo para a construção de uma visão crítica e proativa sobre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável; VII - ampliar nos jovens suas referências sobre valores éticos e humanos e quanto ao respeito e à valorização das diversidades culturais, étnico-raciais, intergeracionais e das diferentes orientações sexuais; VIII - desenvolver a capacidade de discernimento diante de situações de risco, reforçando nos jovens a não violência e a cultura de paz, bem como tornar conhecidas as instâncias de recurso no caso de ocorrência de situações de risco pessoal e social; IX - ampliar o conhecimento dos jovens sobre o território onde vivem, as ocorrências de vulnerabilidades e riscos, as potencialidades, seus direitos e deveres de cidadania e os serviços públicos disponíveis; X - promover a preparação dos jovens para o mundo do trabalho, por meio da apropriação de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e reconhecimento de aptidões e interesses, com vistas à construção de um projeto pessoal e/ou coletivo de futuro profissional; XI - promover a inclusão dos jovens no mundo digital, desenvolvendo suas competências comunicativas e capacidades cognitivas, afetivas e de sensibilidades ético-estéticas; e XII - estimular a participação cidadã dos jovens e o protagonismo no desenvolvimento de ações coletivas de interesse social no território, exercitando o seu potencial de transformar a realidade que vivem (Brasil, 2009 p. 1-2).

O Projovem foi instituído como um programa a nível nacional que, sob a coordenação do Ministério Social e Combate à Fome, se estabelece como serviço socioeducativo que integra a Política Nacional de Assistência Social, no âmbito da proteção social básica e que possui caráter universalizante, concretizado pelo Sistema Único de Assistência Social

¹⁶ Portaria que dispõe sobre o Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, e dá outras providências.

(SUAS), constituído por “[...] uma rede articulada e orgânica de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais [...]” (BRASIL, 2009 a, p. 9). Inscreve-se em um conjunto de estratégias que buscam associar benefícios não materiais e serviços que permitam a prevenção dos riscos e que contribuam para formação dos jovens. Salienta-se que essa interação acontece de forma complementar e não substitutiva, proporcionando alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social advindas da situação de desigualdade social.

O Projovem Adolescente pode ser ofertado pelo Distrito Federal e por qualquer município em território nacional que esteja habilitado à Gestão Básica de Assistência Social e que atenda às condições estabelecidas na Medida Provisória nº 411/2007,¹⁷ a qual dispõe sobre a necessidade de haver uma demanda de no mínimo quarenta jovens com faixa etária entre 15 e 17 anos, bem como sobre a necessidade de disponibilidade de estrutura física e recursos humanos mínimos.¹⁸ O conceito de metodologia é compreendido no programa como uma construção teórica e prática na qual estão expressas as concepções de mundo, da sociedade, de juventude e políticas públicas sobre as quais se elaboram propostas e ações práticas de prevenção direcionadas aos jovens. Essa perspectiva permite oferecer aos jovens serviços socioassistenciais para além da escolaridade, vislumbrando a possibilidade de despertar interesses e talentos característicos da condição juvenil e a preparação para o trabalho em uma formação técnica geral. Essas ações metodológicas visam possibilitar e incentivar a participação dos jovens na vida pública, de modo a “[...] facilitar a convivência e a solidariedade, num movimento dinâmico de rede com outras políticas setoriais, especialmente aquelas de educação, saúde, cultura, esporte lazer, meio ambiente, direitos humanos e trabalho [...]” (BRASIL, 2009d, p.17). A partir dessa concepção metodológica, configura-se a ação socioeducativa¹⁹ pretendida pelo Projovem Adolescente, que é compreendida como:

¹⁷ A Medida Provisória nº 411/2007 dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências.

¹⁸ Na *gestão básica*, o município será responsável pela gestão parcial das ações de assistência social, e mediante apresentação da demanda recebe recursos para combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, recebe o piso de Proteção Social Básica (fixo e variável), definindo a rede de prestadora de serviços e as prioridades de atendimento, além de receber os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS); Na *Gestão Plena*, o município terá gestão total das ações de assistência social, amplia o atendimento atual dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), participando da partilha dos recursos para projetos de Inclusão Produtiva e recebendo o Piso de Proteção Social Básica: Fixo, Variável e de Transição (NOB SUAS, 2005).

¹⁹ São apresentadas, no traçado metodológico, três modalidades distintas de ação socioeducativa: **encontros**, caracterizados como espaço no qual o orientador social desenvolve com os jovens programação formativa, orientada pelos percursos socioeducativos e por seus objetivos. Nos encontros, são desenvolvidos pesquisas,

Uma intervenção formadora, deliberada, planejada e participativa que cria condições desafiadoras que estimulam a capacidade reflexiva e crítica dos jovens e os orienta na construção e reconstrução de suas vivências na família, na escolar na sociedade, contribuindo para o processo de formação da identidade pessoal, de futuro profissional e de cidadão (BRASIL, 2009b, p.24).

Ainda, conforme descrito no traçado metodológico do programa, as ações socioeducativas visam:

a) Valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de socialidade e sociabilidade; b) sensibilizar os jovens para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política do seu meio social; c) conhecer, garantir e ampliar direitos; d) estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressões de interesses, posicionamentos e visões de mundo dos jovens no espaço público; f) introduzir conhecimentos do mundo do trabalho e desenvolver habilidades gerais e capacidades transversais úteis à vida profissional; g) orientar para escolhas profissionais conscientes; h) promover a inclusão digital (BRASIL, 2009b, p.24).

As ações socioeducativas são consideradas de grande importância para o Projovem, uma vez que essas se constituem no núcleo central a partir do qual são planejadas e previstas as demais atividades do programa e isso se faz presente na análise dos eixos estruturantes dos serviços. Nesse contexto, os eixos se estruturam por meio de três dimensões: convivência social, como mediadora das relações dos jovens com a família, comunidade e instituições que contribuem nas relações afetivas e no fortalecimento de vínculos; participação cidadã, que possibilita o desenvolvimento de ações coletivas visando a uma ação crítica, protagonista e transformadora na vida pública e o mundo do trabalho que, por meio da introdução aos conhecimentos, às técnicas e às práticas sobre esse mundo e sobre a orientação da escolha profissional, incorporando uma dimensão subjetiva e de fonte de realização pessoal e de autoconhecimento favorecem a inclusão social.

As ações socioeducativas do Projovem Adolescente foram formatadas a partir de três eixos estruturantes com vistas ao progresso integral dos jovens nas várias dimensões de suas vidas, seja como indivíduo, cidadão ou futuro profissional, em espaços de vivências

estudos, reflexões, debates, visitas, experimentações e outras experiências. **Oficinas de convívio por meio do esporte, lazer, arte e cultura** - espaço de vivências lúdicas, culturais, esportivas e de lazer, desenvolvidas pelo facilitador de oficinas e orientador social, busca estimular a criatividade, propiciar o acesso dos jovens a serviços públicos e a participação em eventos e manifestações culturais, esporte e de lazer. Constitui-se uma estratégia de integração dos temas transversais e reforçar a adesão e o compromisso dos jovens com o programa. **Oficina de Formação Técnica Geral (FTG)** - tem como objetivo principal desenvolver atividades teóricas e práticas sobre os conhecimentos do mundo do trabalho, integralmente ao desenvolvimento da comunicação em diferentes linguagens, com a utilização de recursos técnicos variados e o desenvolvimento das capacidades e habilidades transversais, que estão presentes no mundo escolar e no mundo do trabalho (BRASIL, 2009b).

familiares, comunitárias e sociais mais amplas. Os três eixos orientadores das ações socioeducativas – convivência social, participação cidadã e mundo do trabalho – buscam contribuir com a formação dos jovens participantes de forma que se apropriem criticamente do conhecimento social historicamente acumulado e que consigam agregar valores éticos e democráticos de forma a contribuir na formação integral desse ser social, em formação e inserido em um coletivo.

O entrelaçamento dos eixos metodológicos delimita os eixos estruturantes e os temas transversais, bem como direciona as ações e as atividades a serem desenvolvidas em âmbito nacional pelo programa. A articulação entre os eixos permite a interdisciplinaridade e, assim, o estabelecimento de seis temas transversais que seguem a diretriz do programa. O objetivo dos temas transversais é nortear o fazer pedagógico das ações socioeducativas, o trabalho do orientador social e dos demais profissionais. Esses temas transversais estão distribuídos do seguinte modo: juventude e direitos humanos e socioassistenciais; juventude e saúde; juventude e meio ambiente; juventude e trabalho; juventude e cultura; juventude e esporte e lazer.

O sentido metodológico do Projovem busca o desenvolvimento integral do jovem, articulando as diversas dimensões da vida do indivíduo, como futuro profissional e cidadão. Nessa perspectiva, as principais dimensões que embasam as referências metodológicas são a dialógica, a reflexiva, a cognitiva, a afetiva, a ética, a estética e a lúdica, conforme descrito no traçado metodológico, apresentadas brevemente e que são aprofundadas no capítulo 3 deste trabalho: a) a dimensão dialógica envolve o entendimento e a percepção de as aprendizagens ocorrerem na interação com os demais; b) a dimensão reflexiva propõe uma reflexão crítica sobre as experiências particulares, coletivas e sociais do cotidiano, buscando a sistematização de novos conhecimentos; c) a dimensão cognitiva amplia a capacidade de análise, comparação e reflexão dos fatos, permitindo aprendizagens, construção de novos saberes e novas experiências; d) a dimensão afetiva amplia os relacionamentos interpessoais, cria vínculos afetivos que geram comprometimento e envolvimento nas ações socioeducativas; e) a dimensão ética é entendida no sentido da participação democrática, de cooperação, tolerância, respeito e solidariedade para o desenvolvimento de valores e princípios relacionados aos direitos e à dignidade humana, à democracia e à cidadania; f) a dimensão estética desenvolve habilidades na percepção do outro e de suas diferenças independente de sua condição, bem como valoriza diferentes expressões artísticas; g) a dimensão lúdica favorece a livre expansão das individualidades pela valorização do jeito jovem de ser, pelo jogo, brincadeira visando à emancipação humana.

A perspectiva socioeducativa é guiada por um conjunto de princípios orientadores (BRASIL, 2009b, p.30-31) que direcionam as ações, os procedimentos, os conteúdos teóricos, as oficinas e as atividades práticas que serão coordenadas pelo orientador social durante o desenvolvimento do ciclo do programa. Os princípios orientadores partem da percepção do jovem como sujeito do processo socioeducativo inserido em espaços sociais e de socialização. O programa procura então valorizar os espaços sociais que lhe são familiares cotidianamente como um local de participação, de diálogo, de debate e de discussão dos acontecimentos que integram sua vida, estimulando os jovens a assumirem um papel proativo na construção de sua história e da história coletiva. Os princípios são expressos na:

1. Criação de espaços socioeducativos pautados pela liberdade de expressão [...] e pelo desenvolvimento de práticas democráticas que instiguem a participação dos jovens e manifestação de seus posicionamentos e visões de mundo; [...] **2. Corresponsabilidade dos jovens** no planejamento, execução, no monitoramento e avaliação das ações socioeducativas do PROJOVEM Adolescente, bem como a sistematização das aprendizagens construídas; **3. Valorização do saber e das vivências dos jovens** como o ponto de partida e chegada das ações socioeducativas, ao mesmo tempo em que valorizam os contextos que favoreçam a efetiva interação entre saberes e a apropriação crítica de conhecimentos e linguagens dos mais diversos grupos sociais e trocas intergeracionais; **4. Construção e produção coletiva de conhecimentos** por meio de métodos e técnicas participativas que estimulem a reflexão, a criatividade e a ampliação sobre o que é vivido e é percebido pelos jovens, ao mesmo tempo em que se valorizam os conhecimentos historicamente acumulados, tornando os jovens sujeitos ativos de sua formação; **5. Articulação entre os projetos pessoais e coletivos**, entre o público e privado, o local e o global, o particular e o geral como condição de ampliar e qualificar as experiências individuais e coletivas e o comprometimento dos jovens em seu meio social; **6. Participação e protagonismo** como permanente incentivo à construção da autonomia¹² do jovem ao desenvolvimento de capacidades que deem sustentação ao exercício de sua independência e autodeterminação na vida pessoal, convivência social e profissional e sua participação na vida pública; **7. Reflexão crítica permanente sobre todas e quaisquer formas de discriminação e preconceito** em relação às questões de gênero, etnia, cultura, religião, condições sociais e econômicas, preferências sexuais, capacidades físicas, mentais e cognitivas como condição de crescimento pessoal no convívio social e de aprendizagem de valores de respeito e tolerância (BRASIL, p. 30-31, 2009b – grifos do autor).

A formatação dos princípios mencionados e que estruturam todas as ações teóricas e práticas do programa está embasada em conceitos, ideias e percepções sobre espaços de socialidades e de socialização que, para melhor entendimento da dinâmica socioeducativa, serão apresentados na sequência. Conforme já referido (BRASIL, 2009d), o programa em estudo constitui-se como um serviço socioeducativo complementar à proteção social²⁰ da família, por meio de um espaço de convivência social que estimula o desenvolvimento de

²⁰ Conforme normatização da Política Nacional de Assistência Social, “[...] a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimentos e autonomia), de acolhida; de convívio e convivência familiar” (PNAS, 2004, p. 31).

potencialidades, a fim de que os envolvidos sejam proativos e tenham uma atuação crítica no meio social e no mundo do trabalho. A permanência dos jovens no Projovem é de dois anos, assim, a organização do serviço acontece pela formação de Coletivos de Jovens,²¹ com atividades socioeducativas estruturadas em ciclos – Ciclo I e Ciclo II – que visam direcionar as ações dos profissionais que atuam junto aos coletivos e apresentam sugestões de ações socioeducativas, atividades, oficinas, aulas, palestras, filmes e técnicas diversas, as quais são articuladas com os temas transversais e com os eixos estruturantes do programa. Cada coletivo percorre a trajetória em conformidade com o determinado na formatação do programa e conforme descrito no traçado metodológico. O Coletivo “[...] possui carga horária de 12 horas e 30 minutos semanais, em horário alternado ao da escola, com oferta regular de 48 semanas ao ano, dividido em percursos socioeducativos com três meses de duração” (BRASIL, p. 43, 2009b) e são assim subdivididos:

- ✓ Ciclo I – 1º ano
 - Percurso Socioeducativo I – Criação do Coletivo;
 - Percurso Socioeducativo II – Consolidação do Coletivo;
 - Percurso Socioeducativo III – Coletivo Pesquisador;
 - Percurso Socioeducativo IV – Coletivo Questionador;
- ✓ Ciclo II – 2º ano (organizado em um único percurso)
 - Percurso Socioeducativo V – Coletivo Articulador-realizador;

Cada ciclo possui objetivos bem específicos, sendo que, no Ciclo I, focaliza-se a “convivência social”, e no Ciclo II, a ênfase se dá nos aspectos “participação cidadã” e “mundo do trabalho” (BRASIL, p. 44, 2009b). Enquanto no Ciclo I as ações socioeducativas buscam um movimento interno do coletivo de reflexão e reconhecimento sobre a realidade, no Ciclo II prioriza-se a convivência coletiva e a ação no espaço público no sentido de ampliar horizontes, formar para o trabalho e possibilitar mecanismos de inclusão social. Percebe-se que há um movimento que vai do privado para o público em uma sequência que propõe resultados cumulativos no sentido de alcançar os objetivos.

É importante apresentar, ainda que de forma sucinta, a estruturação dos ciclos para facilitar o processo de análise a que nos propomos. Assim, a estruturação do Ciclo I “[...] pauta-se fundamentalmente na progressão e articulação das ações socioeducativas [...]” (BRASIL, p.45,2009b) e propõe atividades de recepção, acolhimento, autoconhecimento,

²¹ Cada coletivo de jovens é composto por no máximo 25 jovens, com faixa etária de 15 a 17 anos, que se reúnem 12,5 horas semanais, sob a responsabilidade de um orientador social e de um ou mais facilitadores de oficinas, sob a supervisão de profissional de nível superior do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

conhecimento do outro, agrupamento e formação de vínculos. Para o percurso socioeducativo II, ocorre a “consolidação dos diferentes agrupamentos dos jovens em Coletivos que planejam, decidem e vivenciam experiências autogestionárias de organização, divisão de tarefas e participação coletiva [...]” (BRASIL, 2009b, p. 45). O coletivo pesquisador é a proposta do Percurso Socioeducativo III e prioriza a ampliação dos conhecimentos dos jovens sobre a realidade do território onde vivem, a partir de pesquisas, visitas, levantamentos, expedições e outras formas que possibilitem analisar de forma crítica e proativa a realidade. Vivências concretas e práticas envolvendo os conteúdos e valores trabalhados no decorrer do Ciclo I são aprofundadas no Coletivo Questionador, com vistas a facilitar o processo delimitado para o Ciclo II.

O Traçado Metodológico do programa (BRASIL, 2009b) apresenta, nas páginas 46 e 47, o percurso socioeducativo do Ciclo II, definindo como objetivo principal a consolidação do coletivo como um espaço de aprofundamento de Formação Técnica Geral e processo de orientação profissional, com a proposta de desenvolvimento pelos jovens de um Plano de Atuação Social,²² além de oficinas de Formação Técnica Geral/FTG, nas quais os jovens participarão de atividades que lhes possibilitem vivências e aprendizagens relativas ao mundo do trabalho, ampliando as competências comunicativas, a inclusão digital e a orientação profissional.

Para a implantação e o funcionamento do programa, há a necessidade de uma equipe de referência com formação mínima necessária e funções específicas no Projovem. Constituem a equipe de referência um profissional de nível superior vinculado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS),²³ na figura de orientador social, e facilitadores de oficinas culturais, de esporte e lazer, além de um facilitador para o mundo do trabalho, com formação técnica geral. A especificação das atribuições de cada profissional é descrita na sequência, tomando como referencial o traçado metodológico do programa (BRASIL, 2009b).

O profissional de nível superior é o responsável técnico pela oferta do serviço socioeducativo. Acompanha, por meio de participações sistemáticas, o planejamento e presta

²² Plano de Atuação Social - plano com ações propostas para o território, a partir da elaboração de diagnóstico fundamentado no conhecimento adquirido no ciclo anterior, envolvendo projetos coletivos de interesse social que representam experiências prática de exercício de cidadania (BRASIL, 2009b).

²³ Unidade pública da política de assistência social integrante do SUAS, operada na esfera municipal, localizada geograficamente em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, voltada à oferta de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação desses serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social. Algumas ações da proteção social básica são desenvolvidas necessariamente nos CRAS, mesmo ocorrendo na área de abrangência desses centros, podem ser desenvolvidas fora de seu espaço físico, desde que a ele referenciadas (BRASIL, 2009,d).

assessoria ao orientador social, além de também assegurar a ampliação do princípio da matricialidade sociofamiliar,²⁴ que orienta as ações da proteção social básica oferecida no âmbito do programa.

A personagem central e que desempenha a “função chave” (BRASIL, 2009b, p. 37) no Projovem é o orientador social, cujas atribuições são planejar, organizar e executar as ações socioeducativas e os encontros, bem como proceder à articulação com os demais profissionais que compõem a equipe. O orientador social se constitui como uma referência para os jovens, sendo o diálogo, a reciprocidade e o compromisso características fundamentais que devem ser inerentes a esse profissional, o qual, além disso, deve conhecer os princípios orientadores e a dimensão metodológica do programa.

Aos facilitadores de oficinas de convívio por meio do esporte, do lazer, da arte e da cultura é estipulado o desenvolvimento de oficinas nas áreas mencionadas que valorizem as diferentes manifestações dos jovens, ou seja, que possibilitem vivenciar as manifestações esportivas e culturais de sua região, devendo interagir permanentemente com o orientador social.

Além dos profissionais já referenciados, o “Facilitador de Formação Técnica Geral desenvolverá com os jovens os conteúdos e as atividades de formação Técnica Geral, cujas oficinas consistem de dinâmicas teóricas e práticas sobre conhecimento do mundo do trabalho” (BRASIL, 2009b, p.38). A esse profissional, caberá auxiliar os jovens na construção de um Projeto de Orientação Profissional dos jovens (POP)²⁵ que deverá favorecer a escolha de uma profissão.

1.3 Socialização e socialidades no Projovem Adolescente

A valorização dos espaços sociais como local nos quais acontece a vida dos adolescentes é determinante para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo, uma vez que esse é entendido como um espaço de aprendizagem e de experimentações dos jovens como

²⁴ A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo o PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica (BRASIL, 2009a).

²⁵ Projeto de Orientação Profissional (POP) - constitui-se na construção de um plano construído pelos jovens sob a orientação do Facilitador de Formação Técnica Geral que parte da pesquisa, reflexão e do autoconhecimento e deverá oferecer uma escolha mais refletida e consciente de uma profissão. Inclui o planejamento do percurso formativo em direção à vida profissional almejada, integrando um projeto de vida mais amplo, descobrindo novas perspectivas de futuro (BRASIL, 2009b).

sujeitos sociais e sociáveis em convivência com os outros. Esses espaços de socialização precisam ser questionados de forma crítica, proporcionando aos jovens um local de protagonismo. Assim, conduzir os jovens para a compreensão de seus papéis inseridos nos mais diferentes espaços é uma das propostas do trabalho socioeducativo como promotor do desenvolvimento integral dos jovens. Vejamos quais os espaços de socialização que o Projovem Adolescente considera.

A comunidade é a primeira referência citada, sendo caracterizada como “o entorno social em que os jovens transitam no seu cotidiano e tecem redes de relações sociais que lhe conferem identidade, sentido de pertencimento e inclusão social pelos costumes, tradições e linguagens próprias que referenciam a sociabilidade” (BRASIL, p.31, 2009b). Apesar da associação com o conceito de território, há uma diferenciação conceitual em relação a esse, entendido como o espaço geográfico e social, onde estão a escola, a igreja, o local de lazer, o bairro, isso é, o local onde a vida se faz. A associação entre os termos comunidade e território permite maior clareza na compreensão e na ajuda para tornar mais claro o local de origem dos jovens e suas condições de vida, de infraestrutura, as suas redes sociais e os serviços que eles têm disponíveis. Nesse sentido, as ações socioeducativas do programa procuram provocar no jovem um olhar analítico e crítico sobre a sua comunidade e o território a fim de que ele se envolva em ações que melhorem, qualifiquem e transformem esse espaço. O ponto de partida é a valorização do conhecimento que os jovens trazem sobre sua comunidade e o território em que vivem e sua contextualização na cidade, por meio do mapeamento dos serviços, das ações e dos equipamentos disponíveis no âmbito dos serviços públicos.

A implantação do programa considera as redes de sociabilidades dos jovens, entendidas como grupos, galeras, turmas, etc., ou seja, como uma forma de identificação de “estar juntos” (BRASIL, 2009b, p. 32), razão pela qual os grupos juvenis assumem fundamental importância na socialização dos jovens. O agrupamento desses em galeras, grupos de práticas esportivas, escola, família, igrejas, representações culturais e artísticas faz parte da busca da autonomia do jovem, permitindo ora o distanciamento e ora a aproximação da família, ambivalência representada pelo desejo de, por vezes, voltar para casa, ser acolhido e protegido, e, por vezes, quebrar regras, construir sua identidade em um movimento externo à sua vida privada, fazendo parte da construção de uma identidade pessoal e coletiva e da construção de sua independência. Para o Projovem:

É importante reconhecer este movimento de alternâncias e valorizá-lo, assegurando condições de orientação, construção de valores, fortalecimento de autoestima e combate às desigualdades e estigmatizações, de maneira que não se fragilizem e

rompam vínculos (com a família, e escola e a comunidade) e se introduzam ou se reproduzam relações de subordinação e violência. Fortalecer o vínculo intergeracional, promovendo referências seguras, acolhedores, favorecedoras do diálogo e que, ao mesmo tempo possibilitam a construção da autonomia contribui para diminuir as situações de vulnerabilidade juvenil no campo escolar, profissional, público, relacional e cultural (BRASIL, 2009b, p. 32).

Valorizar as experiências dos jovens em suas redes e nos grupos familiares e intergeracionais é um componente metodológico do trabalho socioeducativo no sentido em que as trocas experienciadas nesses espaços contribuem para repensar o cotidiano e possibilitar aprendizagens.

Outro aspecto socioeducativo priorizado no Projovem Adolescente é o de reforçar a convivência do jovem com a sua família²⁶ nas diversas questões que compõem as diferentes situações vividas pelos jovens, ou seja, existem distintas configurações familiares e elas também estão presentes nas famílias dos participantes do programa, como as famílias chefiadas por mulheres, grupo familiares composto de varias gerações, avós responsáveis pela educação dos netos e essa pluralidade da composição familiar necessita estar presente nas ações socioeducativas do programa. O que o programa propõe são ações que consideram que os conflitos que surgem da convivência familiar possam ser compartilhados e refletidos no sentido de produzir aprendizagens e socializações para os jovens e suas famílias e que resultem em mudanças significativas para os participantes.

A escola,²⁷ outro espaço de socialização e de sociabilidade considerada pelo programa, aparece como espaço de formação do jovem. Assim, o diálogo das ações socioeducativas com as experiências escolares positivas ou negativas estimulam os jovens no sentido de ocupar o lugar de sujeitos de sua própria formação na perspectiva de investimento no processo de escolarização e de formação profissional. As ações socioeducativas nesse âmbito buscam a reflexão sobre a política educacional, a escola, os currículos educacionais e a formação profissional, objetivando tornar a escola um espaço de práticas democráticas que podem ser

²⁶ O entendimento de família, para a Política Nacional de Assistência Social, é da não existência de um modelo ideal, mas a compreensão de que se constitui de um resultado da pluralidade de arranjos sociais: “A família, independente de modelos e formatos que assume é mediadora das relações entre sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de mobilidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também por desigualdades, além de que na sociedade capitalista a família é fundamental no âmbito da proteção social.” (PNAS, 2004, p. 41).

²⁷ A escola deve ser compreendida e identificada como um espaço onde circulam saberes, aprendizagens e experiências relacionais importantes para a socialização dos jovens, além de constituir-se como um espaço formal, que propicia o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados e à construção de perspectivas emancipatórias (BRASIL, 2009b, p.34).

fortalecidas pela organização dos estudantes em grêmios estudantis, fóruns e plenárias e outras formas organizacionais.

A presença dos jovens nas instâncias políticas de representação, apesar de ser de fundamental importância, constitui-se ainda num espaço a ser conquistado. O grande desafio da ação socioeducativa consiste em mobilizar a presença e o diálogo dos jovens nessas instâncias. Historicamente, os jovens não atribuem muita importância às formas tradicionais de participação na vida política, tais como os partidos políticos, os conselhos de políticas públicas, as associações de bairros, os moradores e outras. Mas, também há um interesse crescente deles por temas como educação, violência, cultura, trabalho, segurança e que demonstram interesse em expressar suas opiniões, indicando o desejo de discussão de temas que lhe dizem respeito por meio de canais de participação menos convencionais.

Na percepção do programa, as opiniões expressadas pelos jovens sobre os diferentes temas traduzem o desconhecimento e a insegurança sobre a forma de acolhimento e receptividade que os jovens esperam encontrar nos espaços relacionados à discriminação e preconceitos que consideram os jovens imaturos e irresponsáveis. Logo, reconhecer o jovem¹⁴ como sujeito social que se expressa nas mais variadas formas de participação é um progresso para que esses possam transitar e se apropriar dessas instâncias, ampliando sua capacidade de interferir na formulação de políticas que venham ao encontro de seus interesses e necessidades.

Na sociedade moderna, o desempenho individual apresenta-se com um sentido normativo que justifica moralmente a distribuição de bens e oportunidades, atribuindo o fracasso ou sucesso ao desempenho de habilidades individuais. Na convivência social, produzem-se expectativas de valorização, tornando o desempenho individual como uma forma de valoração social. Assim, a luta pela valorização das habilidades, do desempenho e da contribuição social de cada indivíduo, reafirmam a necessidade de reconhecimento que se dá por meio do reconhecimento “de si pelo outro” na esfera da estima social. A proposta do Projovem Adolescente, a partir de suas ações socioeducativas e dimensões focadas, visa, por um lado, ao reconhecimento social, centrado no protagonismo juvenil e na participação da comunidade, e, por outro lado, ao reconhecimento distributivo, via escolarização e iniciação ao trabalho.

A luta por visibilidade social é um aspecto natural e subjetivo dos indivíduos. Tomar parte e fazer parte dos processos sociais proporciona o reconhecimento do ser humano como indivíduo dotado de importância e expressividade nos processos de integração social. Os jovens, aqui investigados, fazem parte de um grupo social que, pelas características etárias,

intersubjetivas, de personalidades e de construção de sua individualidade, buscam o reconhecimento. Porém, além do conflito identitário, característico da adolescência, sofrem também pelas diferenças sociais e pelas vulnerabilidades e dificuldades de acesso a bens, serviços e programas, aspectos que os fazem buscar por um espaço de inclusão.

Somos constituídos desde o nascimento na relação com outro e esse contato garante a formação da identidade. Uma das características da adolescência é a intensificação do processo formativo da identidade. Caracteriza essa fase da transitoriedade da infância à idade adulta, a busca por reconhecimento e por um lugar social que possibilite sentir-se integrado e ativo. Do contrário, se isso for negado, poderá trazer, ao jovem, consequências sociais específicas de exclusão. Pela perspectiva da Teoria do Reconhecimento de Honneth (2003), as relações intersubjetivas se estabelecem na relação do “eu” com o “outro” na relação recíproca pela qual aprendem a conceber-se, por meio de uma luta constante entre ambos para delimitar espaços e chegar ao reconhecimento pelo amor, conquistar direitos e adquirir estima social. No próximo capítulo, apresentaremos os principais elementos da teoria do reconhecimento honnethiana.

2 O MODELO HONNETIANO DE LUTA POR RECONHECIMENTO INTERSUBJETIVO

Com o suporte teórico da filosofia hegliana e da psicologia social de Mead,²⁸ Honneth propõe a construção de uma análise sociológica da luta por reconhecimento por meio das esferas do amor, do direito e da solidariedade como possibilidade de autorrealização e individuação dos sujeitos. Para Honneth, na ideia inicial de reconhecimento proposta em Mead e Hegel, os sujeitos “[...] só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, na perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como destinatários sociais” (2003, p. 155). Essa ideia precisa ser ampliada para além das formas de reconhecimento intersubjetivo, estabelecendo também as formas de desrespeito no sentido do reconhecimento negado, uma vez que formas de desrespeito às estruturas do reconhecimento intersubjetivo, conforme Honneth, são a base dos conflitos sociais motivados pela luta por reconhecimento e que se constituem em força motivadora das transformações sociais. O aspecto central da teoria de Honneth consiste no entendimento de que o reconhecimento é resultado da ampliação das relações intersubjetivas integradas aos processos de individuação que resultam nas lutas sociais que proporcionam mudanças sociais normativas. Os aprofundamentos teóricos de Honneth demonstraram três formas de reconhecimento intersubjetivo – amor, direito e estima social –, que são condições para o desenvolvimento particular dos sujeitos e da autorrelação de desenvolvimento moral, dando ênfase aos processos de construção de identidade pessoal e coletiva.

Os três padrões intersubjetivos de reconhecimento de Honneth apontam para três respectivas formas de desrespeito: amor/maus tratos e violação; direito/privação de direitos e exclusão; estima social, solidariedade/degradação e ofensa²⁹, as quais serão, aqui, apresentadas.

Neste segundo capítulo, tematizamos aspectos centrais do modelo teórico de luta por reconhecimento de Honneth. Partimos da contextualização da teoria do reconhecimento e dos

²⁸ Honneth encontra na psicologia social de George Herbert Mead uma ponte para a tradução da teoria de Hegel da intersubjetividade em termos pós metafísicos (HONNETH, 2003, p. 112-123). Nas descrições de Honneth, Mead, por meio de suas pesquisas psicológicas, fundamenta suas percepções “[...] que o indivíduo aprende a se conceber, desde a perspectiva de outro [...]” (HONNETH, 2003, p. 136). Para Mead, trata-se de uma representação moral, pois o processo de socialização é resultado do processo de interiorização de normas de ação proveniente das expectativas comportamentais dos membros da sociedade e ao aprender a generalizar a si mesmo sobre as expectativas dos outros, o sujeito adquire capacidade abstrata de participação nas interações providas pelo meio (HONNETH, 2003, p.135). Com isso, torna-se possível a consciência do valor próprio, no sentido de autorrespeito.

²⁹ Ver quadro Estrutura das relações sociais de reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 211).

aspectos que a fundamentam. Nesse sentido, abordamos o reconhecimento na esfera do amor e o papel que nela desempenham os afetos e a autoconfiança. Na sequência, abordaremos o reconhecimento na esfera do direito e o significado que nela assume a justiça, a igualdade e o autorrespeito. A seguir, trataremos do reconhecimento na esfera da estima social e o sentido da autoestima que nela se faz presente. Por fim, trataremos do problema do desrespeito nas relações de reconhecimento para, então, abordar de modo mais específico o papel do reconhecimento social.

2.1 O reconhecimento na esfera do amor: afetos e autoconfiança

A primeira dimensão do reconhecimento em Honneth, denominada como esfera do amor, tem por base os estudos de Winnicott³⁰ sobre o desenvolvimento infantil. Tais estudos trouxeram contribuições significativas para que se compreenda como se formam as primeiras relações de objeto, que são os primeiros vínculos afetivos interpessoais. Honneth fundamenta a primeira esfera do reconhecimento relacionando-a aos cuidados na primeira infância como resultado da relação mãe/cuidador com o bebê, o que possibilitará à criança o desenvolvimento de uma relação positiva consigo mesma. Para a compreensão do que é o amor, são tomadas as relações afetivas interpessoais primárias:

[...] por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas se constituem em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão das relações eróticas entre dois parceiros, de amizade e de relação pais/filhos (HONNETH, 2003, p. 159).

Compreende-se, nesse sentido, que o sentimento do amor somente poderá ser vivenciado se correspondido, quando “[...] reconhecendo-se assim como seres carentes: na experiência recíproca de sua dedicação amorosa, dois sujeitos se sabem unidos no fato de serem dependentes, em seu estado carencial, do respectivo outro” (HONNETH, 2003, p. 160).

Honneth (2003, p. 160), seguindo a formulação de Hegel, entende que o amor ganha o significado de ser como “ser-si-mesmo em um outro”, mas se relacionado com o equilíbrio precário da autonomia e da ligação presentes na teoria das relações objetais possibilita a interpretação das condições que podem conduzir a uma forma bem sucedida de ligação afetiva entre as pessoas e a determinação das causas dos desvios patológicos.

³⁰ O psicanalista inglês Donald W. Winnicott (1896-1971) desenvolveu seus estudos na perspectiva de um pediatra com formação psicanalítica no âmbito do tratamento de distúrbios psíquicos e de comportamento, buscando estabelecer conhecimentos sobre as boas condições de socialização das crianças pequenas.

Para a teoria das relações objetais de Winnicott, com o nascimento do bebê se estabelece uma relação de simbiose entre mãe e filho, o que significa que o bebê vivencia sua relação com a mãe como se fosse uma só pessoa. O bebê concebe a mãe³¹ como sendo parte dele e, estando unidos, não existe nada fora deles, constituindo-se em uma única pessoa. O bebê se percebe de forma fragmentada e ao mesmo tempo onipotente. Também a mãe vivencia, nessa fase, a dependência do filho, tendo suas expectativas e interesses de ação centrados no bebê. O processo de amadurecimento infantil decorre da cooperação intersubjetiva entre mãe e filho, “[...] visto que ambos os sujeitos estão incluídos inicialmente, por meio de operações ativas, no estado do ser-um simbiótico, eles, de certo modo, precisam aprender do respectivo outro como eles têm de se diferenciar em seres autônomos” (HONNETH, 2003, p.165). A partir de conceitos de Winnicott, o autor chama esse estado de “dependência absoluta”.³²

Nesse período, se configura um estado de dependência entre mãe e bebê. A mãe experiencia o estado carencial do bebê como uma “[...] necessidade de seu próprio estado psicológico [...]” (HONNETH, 2003, p.166), pelas projeções identitárias, elaboradas durante a gestação, resultando em atenção integral ao bebê, sendo que os contatos da mãe com o bebê é que garantirão atender às necessidades físicas e emocionais deste. Aos poucos, a “dependência absoluta” assume novos contornos e o estado de simbiose vai se dissolvendo pela ampliação da independência de ambos que ocorre por fatores externos como novas convivências familiares e o retorno da mãe às atividades cotidianas.

Nessa nova fase, a ausência da mãe estimula na criança o desenvolvimento de capacidades que a tornam capaz de diferenciar seu ambiente “[...] juntamente com a ampliação dos reflexos condicionados, a capacidade de diferenciar o próprio ego e o ambiente [...]” (HONNETH, 2003, p.167). Essa fase é denominada por Winnicott de dependência relativa, na qual a criança reconhece a mãe não mais como parte de seu mundo subjetivo, mas sim como “[...] um ser com direito próprio” (WINNICOTT apud HONNETH, 2003, p. 168).

A emergência de mecanismos psíquicos permite à criança trabalhar com a nova experiência. A esses mecanismos Winnicott denominou objetos transicionais. O mecanismo de destruição interpretado com base na expressão agressiva da criança, nessa fase, acontece em uma espécie de luta, com impulsos destrutivos inconscientes, dirigidos à mãe, testando sua

³¹ A palavra mãe aqui poderá representar tanto a mãe propriamente dita, como também tudo o que se referir aos cuidados que o bebê necessita para garantir a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento.

³² Conforme Honneth, dependência absoluta “[...] significa que os dois parceiros de interação dependem, aqui, na satisfação de suas carências, inteiramente um do outro, sem estar em condições de uma delimitação individual em face do respectivo outro” (2003, p. 166).

sobrevivência aos ataques. No momento em que a mãe recebe os impulsos destrutivos e continua uma relação positiva com a criança, mostra a esta que ela se constitui em outra pessoa, possibilitando-lhe reconhecer a mãe com um ser independente, com vontade própria.

De outro modo, a mãe precisa entender o processo de amadurecimento pelo qual a criança está passando. A partir disso, o estado de onipotência da criança se esvazia e é estabelecida a relação com o objeto, sendo então vivenciado por ambos uma experiência de amor recíproco na qual, se bem sucedida, “[...] a mãe e a criança podem saber-se dependentes do amor do respectivo outro, sem terem de confundir-se simbioticamente uma na outra” (HONNETH, 2003, 170). A criança só terá condições de desenvolver o segundo mecanismo se tiver desenvolvido com o primeiro mecanismo uma experiência de confiança com a dedicação da mãe.

A compreensão do mecanismo do objeto transicional considera a descoberta de objetos referenciais intermediários com os quais estabelece uma relação afetiva materializada com base em objetos presentes em seu ambiente, tais como paninhos, pedaços de brinquedos, travesseiros e outros. Algo que surgirá da fantasia da criança, mas que será compartilhado pelo adulto, atribuindo significação subjetiva na qual “[...] os implicados não precisam mais discernir se pertence a um mundo interno de meras alucinações ou ao mundo empírico das circunstâncias objetivas” (HONNETH, 2003, p.171). A significação do fenômeno transicional é importante, pois representa o espaço existente entre a mãe e o bebê, entre o interno e o externo. Representa, ainda, a saída da relação simbiótica com a mãe, quando, segundo Winnicott, a criança experimenta a confiança no cuidado paciente e duradouro da mãe e passa a ter condições de desenvolver uma relação positiva consigo mesma. Portanto, trata-se de desenvolver “[...] mesmo depois da separação da mãe, tanta confiança na continuidade da dedicação desta que ela, sob a proteção de uma intersubjetividade sentida, de poder estar a sós [...]”³³ (HONNETH, 2003, p.172).

Partindo desse ponto, o estabelecimento de uma relação de cuidado com a mãe permite à criança uma relação positiva consigo mesma, descobrindo “sua própria vida pessoal” (HONNETH, 2003, p.173), o que faz com que desenvolva autoconfiança. Assim, concebe que a capacidade de autoconfiança permite o desenvolvimento de forma sadia da personalidade da criança, estando, também, no desenvolvimento primário da autoconfiança a base das relações

³³ Segundo Honnet (2003, p.175), neste ponto o poder de estar só constitui o polo, relativo ao sujeito, de uma tensão intersubjetiva, cujo polo oposto é a capacidade de fusão delimitadora com o outro. O ato de deslimitação recíproca, no qual os sujeitos se experienciam como reconciliados uns com os outros, pode assumir, segundo a espécie de ligação, as formas mais diversas: nas amizades, pode ser a experiência comum de um diálogo que nos absorve ou o estar junto inteiramente espontâneo; nas relações eróticas, é a união sexual, pela qual um se sabe reconciliado com o outro sem diferenças.

sociais estabelecidas. O amor é a forma de reconhecimento que possibilita ao indivíduo desenvolver a confiança em si mesmo, indispensável para a autorrealização pessoal e para a inserção social. As relações sociais permitem aos indivíduos conceber graus de confiança em si mesmos, no ambiente e nas interações sociais. Para desenvolver a autoconfiança, estabilizando sua identidade, a criança necessita de reconhecimento e apoio contínuos, proporcionados pelas relações emocionais e pela realidade estável que lhes permitem vencer suas relações inicialmente simbióticas e indiferenciadas com os outros de referência.

O amor surge como primeira forma de reconhecimento intersubjetivo elaborado no âmbito das relações primárias, sendo, nessa fase, os indivíduos reconhecidos pelas ações emotivas dos seus sujeitos de interação na família e nas amizades.³⁴ Esse reconhecimento primeiro que traz a capacidade de autoconfiança proporciona o desenvolvimento do autorrespeito (HONNETH, 2003, p.178) e é o núcleo fundamental de toda moralidade e a base para a autonomia necessária para a participação na vida pública.

2.2 O reconhecimento na esfera do direito: justiça, igualdade e autorrespeito

Iniciamos a apresentação da segunda dimensão do reconhecimento intersubjetivo na teoria honnethiana seguindo a discussão proposta pelo autor no que concerne às especificidades do reconhecimento jurídico e à sua distinção em relação ao reconhecimento amoroso, uma vez que ambas as esferas só podem ser concebidas, embora diferenciadas, em um mesmo padrão de socialização (2003, p. 179). Para análise da diferenciação entre as esferas amorosa e jurídica, Honneth mantém como referências fundamentais Hegel e Mead, e a concepção teórica de ambos que somente podemos chegar à compreensão de nós mesmos como portadores de direito, quando sabemos quais obrigações temos em relação ao outro, na perspectiva normativa de “um outro generalizado”. Ou seja, isso é possível reconhecendo os outros como membros da coletividade e como portadores de direitos, e assim entendendo-se também como pessoas de direito, seguras do cumprimento de algumas pretensões sociais (HONNETH, 2003, p.179). O amor se diferencia do direito pelo modo como ocorre o reconhecimento da autonomia do outro. No amor, o reconhecimento acontece pela dedicação emotiva e no direito ocorre pelo respeito, sendo que, em ambos, a autonomia só existe quando há o reconhecimento da autonomia do outro.

³⁴ Nas palavras de Honneth (2003, p. 178): “Representando uma simbiose quebrada reciprocamente representando um duplo processo: de liberação e ligação emotiva simultânea do outro, como uma afirmação da autonomia acompanhada e apoiada pela dedicação, o que significa fala do reconhecimento como um elemento constitutivo do amor”.

Embora haja semelhanças, Honneth (2003, p.179-180) apresenta distinções entre as teses de Hegel e Mead no que se refere à concepção da relação jurídica de reconhecimento recíproco. O reconhecimento do direito consiste em Hegel na constituição das relações jurídicas modernas que “[...] se estende por princípio a todos os homens na qualidade de seres iguais e livres [...]”, sendo a autonomia uma construção individual singular que se deve ao reconhecimento recíproco do outro. Mead tem como ponto de partida o conceito de “outro generalizado”, que designa apenas a relação “[...] na qual o Alter e o Ego se respeitam mutuamente como sujeitos de direitos” (HONNETH, 2003, p.180). Como sujeitos de direito, se respeitam e são sabedores da existência de normas sociais comuns por meio das quais os direitos e deveres de se distribuem e se legitimam na comunidade.

O reconhecimento presente nas sociedades tradicionais não é dotado de princípios universalistas, estando vinculado à concepção do “status”³⁵ que é atribuída ao sujeito como membro da coletividade, ou seja, o reconhecimento é atribuído considerando a posição e a função que o sujeito ocupa na sociedade, a qual “[...] está inteiramente fundida com o papel social que lhe compete no quadro de uma distribuição de direitos e encargos amplamente desiguais” (HONNETH, 2003, p.181). Honneth (2003) percebe, na transição para a modernidade, uma mudança na base estrutural da sociedade que reflete na estruturação da forma de reconhecimento, sendo esse não mais concedido pelo *status*, mas por princípios de direitos em sentido universalista.

Na perspectiva da modernidade, o reconhecimento tende a ser aplicado a todos em igual medida, e se constitui, conforme Honneth, “[...] como expressão dos direitos universalizáveis de todos os membros da sociedade, de sorte que ele não admita mais, segundo sua pretensão exceções e privilégios [...]” (2003, p.181). A partir dessa constatação, Honneth (2003) procura explicitar um novo caráter do reconhecimento jurídico pela via do direito em uma forma de reciprocidade na qual sob uma lei única os sujeitos de direito se reconhecem entre si e são dotados de autonomia que lhe permite decidir sobre normas morais.

Duas questões, para Honneth (2003), emergem da distinção relativa às propriedades estruturais assumidas no reconhecimento jurídico concernente às condições das relações jurídicas modernas, separando a função do direito da de juízo de valor. A primeira relaciona-se ao reconhecimento do ser humano como pessoa sem a vinculação às suas emoções ou caráter. Um reconhecimento cognitivo que se constitui como um tipo de respeito que supõe dispormos de um sistema de referencial valorativo que, por um lado, deve ter desligado dos

³⁵ A esse respeito, ver Honneth (2003, p.181).

sentimentos de simpatia e de afeição e, por outro, conduz ao comportamento individual. A segunda questiona o desenvolvimento de um sistema valorativo em cada pessoa, possibilitando o reconhecimento mútuo e recíproco em sua imputabilidade moral.

A apresentação de Honneth (2003) evoca que, na sociedade moderna, o reconhecimento como pessoa de direito tende a ser aplicado a toda pessoa de igual forma e medida. Os direitos individuais se desvinculam dos papéis sociais dos sujeitos e, em igual medida para todos, independente de sua estima social. Disso origina-se um novo caráter do reconhecimento jurídico com duas formas distintas de respeito expressas na consideração do ser humano, sem distinção, a saber, um “fim em si” e no “respeito social” que salienta o “valor” do indivíduo medido intersubjetivamente pelos critérios de relevância social. O primeiro vem relacionado à ideia de Kant de respeito universal pela “liberdade da vontade da pessoa”; o segundo ocorre pelas realizações individuais reconhecidas socialmente como relevantes.

Com base nas pesquisas de Darwall, Honneth (2003) distingue duas formas de respeito que possibilitam a compreensão da diferenciação entre direito e juízo de valor: o respeito cognitivo, atribuído ao ser humano como um ser de propriedades pessoais; e o respeito moral, relativo a saberes práticos presentes na imposição de minhas ações a outra pessoa. Trata-se agora da compreensão do ser humano com capacidades e propriedades concretas, o que supõe a existência de um referencial valorativo “[...] que informa sobre o valor de tais traços de personalidade, numa escala de mais ou menos, de pior ou melhor” (HONNETH, 2003, p.187). O reconhecimento jurídico pressupõe um saber moral sobre as obrigações jurídicas que precisam ser observadas, uma vez considerada a autonomia individual. Dessa forma, é central ao reconhecimento jurídico a questão das propriedades constitutivas das pessoas, enquanto, para a estima social, a questão está em como se constitui o sistema valorativo que permite mensurar o “valor” das propriedades características, ou seja, na estima social contam as propriedades universais que o formam como pessoa enquanto para o jurídico as propriedades particulares que o diferenciam das demais pessoas.

Outra questão relevante que se apresenta diz respeito à definição das capacidades pelas quais os sujeitos se respeitam e se reconhecem como pessoas de direito, o que, para Honneth (2003, p.188-190), na comunidade jurídica moderna, estaria fundado na presunção da imputabilidade moral de seus membros. A passagem do reconhecimento por *status* para discernimento racional significa a capacidade autônoma de agir dos sujeitos, que, associada à ampliação das pretensões jurídicas individuais, pode ser entendida como um processo de extensão das propriedades universais de uma pessoa moralmente imputável na luta pelo

reconhecimento desde que adicionados os pressupostos para a participação na formação racional da vontade.

Com o advento da modernidade, são firmados novos princípios sobre os quais se criam relações jurídicas na sociedade, sendo a definição de direito e de universalidade uma construção social que foi se modificando e se ampliando no decorrer do tempo por meio das lutas sociais. Nas ciências do direito, essa evolução proporcionou “[...] efetuar a distinção dos direitos subjetivos em direitos liberais de liberdade, direitos políticos de participação e direitos sociais de bem estar” (HONNETH, 2003, p.189). A primeira categoria refere-se aos direitos negativos e visa à proteção da pessoa contra as intervenções desautorizadas do Estado, com vistas à proteção da propriedade, da liberdade e da sua vida. A categoria dos direitos positivos de segunda categoria garante a participação em um processo de formação pública da vontade e a terceira categoria, igualmente positiva, àqueles direitos relativos à distribuição equitativa de bens básicos. Isso significa que os atores sociais somente se reconhecem como pessoas de direito, socialmente de “igual valor”, quando surge historicamente uma forma de proteção jurídica contra a invasão da esfera da liberdade, que lhe possibilite a participação na formação pública da vontade, a proteção contra as intervenções abusivas do Estado e garantia de sobrevivência.

A evolução cronológica dos direitos de liberdade, políticos e sociais nos Séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente, significa uma ascensão do reconhecimento moral e jurídico. A ampliação das atribuições dos direitos firma-se como princípios do direito moderno de igualdade, como a ideia de que todos os seres humanos são iguais, não sendo permitido privilégios ou concessões, e de que todos, indistintamente, possuem o mesmo valor e a mesma dignidade. Ampliaram-se, também, as capacidades que caracterizam constitutivamente o ser humano como pessoa, acrescentando propriedades que lhe proporcionam condições de agir como sujeito autônomo com discernimento racional, cultural e segurança econômica. O reconhecimento recíproco de pessoa de direito poderia ser o fio condutor do desenvolvimento do direito moderno.

Na visão de Honneth (2003, p.191), um sujeito é respeitado se encontrar reconhecimento jurídico não somente pela capacidade abstrata de orientar-se por normas morais, mas também pela propriedade concreta de merecê-lo. Assim, na medida em que uma pessoa sente-se contemplada com reconhecimento jurídico, concebe a sua ação como uma manifestação de autonomia, que será respeitada pelos outros (HONNETH, 2003). Portanto, se pelo reconhecimento intersubjetivo da esfera do amor se alcança a autoconfiança, na dimensão jurídica, se alcança o autorrespeito.

2.3 O reconhecimento na esfera da estima social

Honneth (2003) parte da visão de que tanto Hegel quanto Mead³⁶ distinguiram uma terceira forma de reconhecimento recíproco, que, embora a descrevessem de maneira diversa, convergem na definição da sua função: “[...] para chegar a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos precisam ainda, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente às suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p.198). E ainda, os critérios que orientam a estima social das pessoas relacionam-se à autocompreensão cultural de uma sociedade, uma vez que as capacidades e realizações dos sujeitos “[...] são julgadas intersubjetivamente, conforme a medida que cooperam na implantação de valores culturalmente definidos [...]” (HONNETH, 2003, p. 200), o que pressupõe a existência de um contexto social ligado a essa forma de reconhecimento recíproco.

Na esfera da estima social, um conjunto de valores articulados simbolicamente em progressivas mudanças derivadas do contexto, de evolução histórica ou de situação, medeia o meio social e determina as concepções de objetivos éticos que predominam na sociedade: “quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas” (HONNETH, 2003, p.200). Ou seja, a estima social do indivíduo dependerá de quanto ele consegue cooperar para a propagação de valores que sustentam o grupo social específico em que se insere.

Honneth (2003, p. 200-201) esclarece que, assim como a relação jurídica, a estima social, como nos é familiar hoje, é resultado de seu desenvolvimento “a ponto de não caber mais nas condições-limite das sociedades articuladas em estamentos”.³⁷ A estima social é resultado de mudança estrutural na modernidade, pela transição do conceito de “honra”, que se relacionava ao lugar social do sujeito, obtido com o nascimento, e às categorias

³⁶ É importante salientar que ambos autores, Hegel e Mead, desenvolveram conceitos nesse sentido: Hegel, o conceito de eticidade, e Mead a ideia de uma divisão democrática do trabalho, identificando um reconhecimento recíproco diferenciado da relação amorosa e jurídica, caracterizado por um contexto da vida social, uma comunidade de valores, em que os membros da coletividade se orientam por concepções e objetivos comuns mas que deve expressar as diferenças de propriedade entre os sujeitos de maneira universal.

³⁷ Estamento constitui uma forma de estratificação social com camadas sociais mais fechadas do que as classes sociais e mais abertas do que as castas reconhecidas por lei e geralmente ligadas ao conceito de honra. Na sociedade estamental, a mobilidade social ascendente é relativamente difícil, mas não impossível, como na sociedade de castas. A sociedade feudal da Idade Média, na Europa Ocidental, constitui um exemplo de organização baseada em estamentos sociais. Dicionário de sociologia on-line, disponível em: <http://fsalvari.blogspot.com.br/2010/09/dicionario-basico-de-sociologia.html>. Acessado em 26 dez. 2013.

“reputação” ou “prestígio” social, que consideram o comportamento individual dos sujeitos pela valorização de suas potencialidades particulares. Portanto, a estima do sujeito, instituída socialmente, já não se confirma mais pelo princípio da honra, baseada na propriedade de bens, mas pelo êxito individual na estrutura da divisão do trabalho.

Melhor explicando, a evolução proporcionada pelo novo padrão de organização do reconhecimento da estima social desvinculada dos privilégios jurídicos ou caracterização das qualidades morais da personalidade associa-se aos processos de universalização jurídica de “honra” até tornar-se “dignidade” e, de outro modo, o da privatização da “honra” até converter-se em “integridade”. Honneth parte do princípio de que a valoração social de uma pessoa somente ocorre quando suas capacidades individuais não são mais avaliadas de forma coletivista. Dessa ideia resulta o horizonte valorativo de uma sociedade às variadas formas de autorrealização pessoal ocorridas com o advento da modernidade:

[...] o “prestígio” ou a “reputação” referem-se somente ao grau de reconhecimento social que o indivíduo merece para sua forma de autorrealização, porque de algum modo contribui com ela a implantação prática dos objetivos da sociedade, abstratamente definidos: tudo na nova ordem individualizada do reconhecimento depende, por conseguinte, de como se determina o horizonte universal de valores, que ao mesmo tempo deve estar aberto a formas distintas de autorrealização, mas que deve poder servir como um sistema predominante de estima (HONNETH, 2003, p.206).

Assim, o reconhecimento social de um indivíduo passa a ser concedido pela visibilidade social de sua autorrealização em sintonia com o horizonte universal de valores da coletividade, que deve possibilitar novas formas de autorrealização para que se expresse um sistema que permite que o sujeito concretize sua estima social. A compreensão de que os seres humanos requerem uma “[...] estima social que lhes permite referir-se positivamente às suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p.198) é expressa em uma luta constante pela autorrealização pessoal e pela valoração social pelo e para grupo social e gera uma tensão constante. Considerando essa dualidade, Honneth explica “[...] que nas sociedades modernas as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida” (2003, p. 207).

Seguindo a teorização de Honneth, como já referido, a esfera da estima social tradicional é organizada por estamentos, sendo a experiência da distinção social correspondente relacionada à identidade coletiva do grupo. Nesse caso, as realizações cujo valor social permite ao indivíduo ver-se reconhecido, ainda lhe permite sentir-se destinatário

da estima social como sujeito individual, mas somente como membro do grupo em sua coletividade, uma vez que ainda são pouco distintas das propriedades coletivas tipificadas pelo seu estamento. Portanto, a

[...] autorrelação prática a que uma experiência de reconhecimento desse gênero faz os indivíduos chegar é, por isso, um sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva; o indivíduo sabe-se aí como membro de um grupo social que está em condições de realizações comuns, cujo o [sic] valor para a sociedade é reconhecido por todos os demais membros (HONNETH, 2003, p. 209).

O conceito de solidariedade emerge das situações conflituosas e de resistência experienciadas pelo grupo. A exemplo do ocorrido nos casos de resistência a repressões políticas, a concordância do objetivo prático gera “[...] um horizonte intersubjetivo de valores no qual cada um aprende a reconhecer em igual medida o significado das capacidades e propriedades do outro” (HONNETH, 2003, p.209). O mecanismo de estima simétrica é, então, capaz de explicar fatos e acontecimentos coletivos, como exemplo, Honneth usa a guerra “[...] capaz de fundar relações espontâneas de interesse solidário para além dos limites sociais” (2003, p.209) e nessa experiência de privações surge uma nova estrutura de valores que possibilita aos sujeitos estimar-se reciprocamente por realizações e capacidades antes pouco relevantes, mas que agora definem os interesses do grupo.

Isso porque, para Honneth, a esfera da estima social se verifica em um ambiente em que estimar-se intersubjetivamente significa confrontar-se com o outro por meio do respeito e da valoração recíproca das propriedades e capacidades estabelecidas como significativas pela coletividade, introduzindo uma interação com caráter de relações solidárias, porque permite a ambos os membros da coletividade sentirem-se estimados em igual medida. Para além do reconhecimento, organizado segundo modelo estamental, Honneth descreve a modificação ocorrida na relação prática do indivíduo consigo mesmo na modernidade como um processo de individuação. O indivíduo passa a referir a si o respeito que adquire por suas realizações, não se confunde mais com o grupo e não se identifica inteiramente com a estima social desse. O indivíduo adquire “[...] uma confiança emotiva na apresentação de realização ou na posse e capacidades que lhe são reconhecidas como valiosas [...] uma espécie de autorrealização prática, [...] ‘sentimento do próprio valor’, de ‘autoestima’.” (HONNETH, 2003, p. 210).

O processo de aquisição da confiança e autoestima resultante das relações de solidariedade, conforme Honneth, baseia-se em relações sociais de estimas simétricas entre os membros da comunidade como sujeitos portadores de individualidade e autonomia. As relações simétricas produzem a capacidade de o outro aparecer como significativo para a

práxis comum de ações “solidárias”, porque além da tolerância com as particularidades individuais, despertam o interesse afetivo por essa particularidade, porque “[...] só na medida que cuido ativamente de que suas propriedades estranhas a mim possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis” (2003, p. 211). As relações simétricas, na percepção honnethiana, constituem a possibilidade de qualquer sujeito ter reconhecidas, pelo grupo, suas qualidades como necessárias e valiosas para sociedade, bem como se constituem em critério de reconhecimento pela estima social.

Sintetizando o descrito até agora, com a diferenciação das esferas do reconhecimento se estabelecem três formas distintas pelas quais os sujeitos podem contar com o reconhecimento recíproco: nas relações de amor, marcadas pelo afeto e pela preocupação mútuos, pelos quais é possível perceber a si mesmo como indivíduo, pelas suas necessidades; nas relações jurídicas, em que se percebem como sujeitos de direitos, e como pessoas jurídicas, com capacidade de autorrespeito; e na esfera da estima social, em relações sociais flexíveis; nas quais se compreendem como sujeitos dotados de talentos e capacidades valorizados socialmente pela experiência da solidariedade.

A experiência de reconhecimento corresponde a uma forma positiva de autorrelacionamento, sendo a experiência de negação do reconhecimento uma experiência de desrespeito, como aprofundaremos agora.

2.4 O desrespeito nas relações sociais de reconhecimento

O indivíduo vê-se reconhecido intersubjetivamente quando sua integridade e dignidade são reconhecidas pela formação de autoconfiança, autorrespeito e estima social. Em contrapartida, a negação dessas formas de reconhecimento gera formas de negação e desrespeito, que, para Honneth, impedem a realização dos indivíduos em sua integridade:

Conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ela estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário visa-se aquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmo, que elas adquiriram intersubjetivamente (2003, p.213).

A cada esfera de reconhecimento, Honneth associa uma forma de desrespeito, a saber: aquelas que afetam autoestima dos sujeitos pela experiência de maus tratos corporais; aquela que afeta o sujeito em seu autorrespeito pela negação de direitos e do *status* de igualdade e, por último, aquela que afeta a autoestima dos sujeitos referindo-se negativamente ao valor

social do indivíduo ou grupo. Para Honneth, todas as formas de desrespeito determinam a privação do reconhecimento de determinadas pretensões da identidade e da integridade.

A primeira forma de desrespeito apresentada por Honneth (2003, p.215-216) é a quebra da autoconfiança adquirida pela experiência do amor, expressada nos maus tratos físicos e que representa um tipo de desrespeito que traz como consequência uma perda de confiança em si e no mundo traduzido em uma espécie de vergonha social. A tortura e o estupro são exemplos de desrespeito, pois, além da dor física, provocam humilhação que destrutivamente interferem na autorrelação prática do ser humano consigo mesmo, desencadeando um processo de humilhação psicológica e atingindo a integridade física, denominada por Honneth de “morte psíquica”.

A segunda forma de desrespeito está relacionada às experiências negativas que afetam o autorrespeito moral, na qual os indivíduos sofrem privações de seus direitos, permanecendo excluídos dentro da sociedade, na medida em que a negação de direitos não lhe confere a imputabilidade moral na mesma proporção que os outros membros da coletividade. Por isso, essa forma de desrespeito vai para além da privação de direitos ou exclusão social, pois representa uma limitação à autonomia pessoal e uma associação com o sentimento de falta de *status* de um parceiro de interação moralmente de igual valor. Ou seja, “[...] a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral” (HONNETH, 2003, p.216). A manifestação dessa forma de desrespeito é a escravidão, que lesa as pessoas em sua possibilidade de autorrespeito, constituindo-se em uma privação do seu direito de liberdade e, por conseguinte, da sua capacidade de referir-se em condição de igualdade com o outro. A essa forma de desrespeito Honneth denomina de “morte social”.

Por fim, a última forma de desrespeito refere-se à autoestima, que corresponde ao valor social de indivíduos ou grupos, sendo a ofensa ou a lesão uma subtração da honra e da dignidade dos indivíduos como uma desvalorização social. Tem como consequência a perda da autoestima pessoal e da possibilidade de compreender-se como um ser estimado pelas suas propriedades e características. Essa forma de desrespeito consiste na depreciação do estilo de vida individual ou grupal, sendo retirada da pessoa pelo desrespeito a possibilidade de realização social, uma vez que o indivíduo não consegue identificar seus projetos de autorrealização como algo de valor para o meio no qual está inserido. A esse desrespeito, que se encontra na degradação cultural de uma forma de vida, Honneth denomina de “vexação”.

Para Honneth (2003, p. 224), a experiência de desrespeito pode tornar-se um impulso motivacional de uma luta por reconhecimento. Os conflitos surgem como reação a qualquer

forma de desrespeito ao reconhecimento, ou seja, da violação das expectativas valorativas da sociedade. Não há reação neutra dos sujeitos humanos perante as ofensas sociais e toda experiência negativa que acompanha a experiência de desrespeito traz em si a possibilidade que a injustiça se revele em termos cognitivos como um motivo de resistência política. Assim, o desrespeito produz uma luta por reconhecimento e conseqüentemente a possibilidade de mudança social.

2.5 O papel do reconhecimento social

A proposta de Honneth (2003), em sua teoria do reconhecimento, é desenvolver uma teoria crítica da sociedade e tem por propósito mostrar que “[...] uma luta por reconhecimento, como força moral, promove desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano” (2003, p. 227). Honneth fundamenta sua teoria em três teses fundamentais retomadas da filosofia de Hegel³⁸ e comprovadas empiricamente por meio da psicologia social de Mead. A primeira é relativa à constituição de uma identidade pessoal subjetiva, que pressupõe uma estrutura intersubjetiva e o reconhecimento recíproco entre os sujeitos, pois:

[...] só quando dois indivíduos se veem confirmados em sua autonomia por seu respectivo confrontante, eles podem chegar de maneira complementar a uma compreensão de si mesmos como um Eu autonomamente agente e individuado (HONNETH, 2003, p.119-120).

A segunda tese parte da existência de formas diferentes de reconhecimento recíproco: o amor, o direito e a estima social, pelas quais os indivíduos se confirmam como pessoas individuadas e autônomas. E, por fim, as formas de reconhecimento se realizam por meio da luta moral por reconhecimento, sendo o desrespeito motivador dos conflitos sociais.

Partindo-se das teses descritas por Honneth, há uma determinação de que as três esferas de reconhecimento são condições fundamentais para os indivíduos na construção de novas formas de autorrelação positiva e bem sucedida, pois cada etapa do reconhecimento (amor, direito e estima social) conquistada pelo indivíduo aumenta a autorrelação adquirida. Somente decorre a socialização quando se adquire a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima, proporcionada respectivamente pelas esferas do reconhecimento social. Essa seria a condição necessária para a forma de autorrelação individual e condição necessária para o desenvolvimento da eticidade. Da mesma forma, em relação à última tese de Honneth, essa

³⁸ Ver primeira parte da obra de Axel Honneth, *A Gramática Moral dos Conflitos Sociais* (2003). Nessa parte da obra, Honneth dedica um estudo ao jovem Hegel e sua contribuição teórica para a teoria do reconhecimento.

compreende a socialização como uma interação centrada na busca pelo reconhecimento e em sentido oposto à produção de processos conflituivos, conseqüentemente, como a quebra de expectativas normativas nas quais estão contidas as experiências de desrespeito, motivadora das lutas sociais.

Isso significa que os princípios do amor, da igualdade e da solidariedade configuram a estrutura normativa da sociedade que não são determinadas, mas se desenvolvem e se renovam à medida que novos conflitos surgem na perspectiva individual e coletiva. Por essa perspectiva, Honneth (2003) compreende o avanço da sociedade burguesa como uma diferenciação das três esferas do reconhecimento, mostrando que a característica humana de busca pelo reconhecimento intersubjetivo está configurada pelo modo de institucionalização das mútuas relações de reconhecimento das sociedades.

A diferenciação das três esferas de reconhecimento evidenciadas por Honneth (2003) estabelece três formas pelas quais os indivíduos aspiram ao reconhecimento recíproco. Os indivíduos aprendem a referirem-se a si mesmos primeiro nas relações marcadas pela prática do afeto e preocupações mútuas, compreendendo-se como indivíduos em suas próprias necessidades; depois, nas relações jurídicas, quando se percebem em condição de igualdade e de portadores de direitos, e, por último, nas relações sociais flexíveis quando se compreendem como sujeitos que possuem talentos e habilidades valiosas para a sociedade. Nesse sentido, por mais que Honneth (2003, p. 274) reconheça a importância dos padrões intersubjetivos de reconhecimento, para ele, as esferas jurídicas e da estima social de reconhecimento possuem um valor de potencial normativo superior, uma vez que viabilizam processos transformadores no sentido de universalidade ou igualdade. As esferas jurídicas e da solidariedade constituem-se como fundamentais na formação pessoal de cada indivíduo, pois, do ponto de vista pessoal, representam a aceitação e a valorização da comunidade e de suas escolhas, habilidades, qualidades, configurando-se na representação do reconhecimento universal dos direitos e deveres e são acrescidas de aspecto cognitivo representado pela solidariedade. Honneth (2003) defende que esse tipo de reconhecimento contém o princípio das diferenças igualitárias, isso é, as pessoas são diferentes, mas não são desiguais.

Na visão de Honneth (2003), a esfera social proporciona aos indivíduos a possibilidade de autorreconhecimento nas capacidades e potencialidades que lhes são comuns, um reconhecimento recíproco que capacita o indivíduo para entender novas dimensões acrescidas à sua identidade e que propicia uma nova etapa de reconhecimento social. Assim, a luta pelo reconhecimento pode assumir a forma de luta pela igualdade de acesso aos direitos, de participação e de formação da vontade coletiva, provocando um reconhecimento

progressivo nos indivíduos que aprendem a reconhecer em si capacidades e direitos no decorrer do desenvolvimento social e intersubjetivo, de onde emergem elementos específicos da personalidade, que conquistam a aprovação e o reconhecimento social.

Além desses aspectos, Honneth introduz uma concepção formal de eticidade que se vincula às condições qualitativas de autorrealização, que, para o autor (2003, p. 274-275), distinguem-se de todas as formas de vida na medida em que se constituem como pressupostos universais de integridade pessoal dos sujeitos, pois o sentido que lhe é atribuído refere-se a um conjunto de práticas e valores, vínculos éticos e instituições que formam uma estrutura intersubjetiva de reconhecimento recíproco. A identidade dos indivíduos é formada pela socialização, ou seja, é formada na eticidade, inserida em valores e obrigações intersubjetivos.

Como ficou evidente, a compreensão da dimensão social dos processos identitários e de construção da autonomia individual relaciona-se às três esferas do reconhecimento: amor, direito e estima social. Para que os sujeitos disponham de autonomia, é preciso que tenham reconhecidas suas necessidades, sua igualdade e contribuição social. Isso envolve a possibilidade de o sujeito realizar sua autonomia pessoal no desenvolvimento da autorrelação marcada pela autoconfiança, autorrespeito e autoestima, mas, por outro lado, são as experiências de desrespeito ou da falta de reconhecimento que servem de motivação para a luta por reconhecimento.

Sob essa perspectiva, entende-se que proporcional à capacidade de reconhecimento positivo do meio social às identidades individuais ou coletivas serão o horizonte normativo e a capacidade de inclusão da sociedade. Uma sociedade inclusiva é aquela que valoriza seus membros como seres em construção, sendo sua função contribuir para o processo de reconhecimento de forma equânime e também no aprimoramento e desenvolvimento de seus cidadãos, constituindo-se em espaço coletivo propício à inclusão, ampliando o horizonte normativo social.

Honneth concebe o processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, mostrando que uma teoria crítica da sociedade deve estar preocupada em interpretar a sociedade a partir da categoria do reconhecimento, reinterpretando-a com sentido normativo. A leitura feita por Honneth do desenvolvimento normativo da sociedade ocidental capitalista fundamenta a sua interpretação e a compreensão que faz dos movimentos sociais. Entendendo o avanço da sociedade burguesa como resultado da diferenciação das três esferas do reconhecimento, Honneth compreende que as lutas sociais por reconhecimento – cujos motivos se formam no âmbito das experiências morais – resultam do desrespeito das expectativas de reconhecimento.

Disso depreende-se que:

[...] uma luta só pode ser caracterizada de “social” na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, cegando ao ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo (HONNETH, 2003, p. 256).

Assim, o ponto de partida do entendimento do conceito luta social é o sentimento moral de injustiça e os conflitos sociais se configuram como luta por reconhecimento, no qual as experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências do grupo todo, de forma que conduzem as reivindicações por reconhecimento como uma exigência ampliada coletivamente. Nessa interpretação, uma luta pode ser considerada social quando seus objetivos vão além dos interesses individuais. O surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma significação coletiva que permite interpretar as experiências de frustração pessoal como algo que afeta outros sujeitos, constituindo-se em conflito coletivo, no qual um “[...] conflito que começa pelos sentimentos coletivos de injustiça é aquele que atribui o surgimento e o curso das lutas sociais às experiências morais que os grupos sociais fazem perante a denegação do reconhecimento jurídico e social” (HONNETH, 2003, p. 261).

O processo de constituição do reconhecimento que passa do individual ao coletivo passa a ser interpretado não somente como explicativo do surgimento das lutas sociais, mas também como “[...] interpretativo de um processo de formação” (HONNETH, 2003, p. 265). É essa perspectiva de compreensão dos fenômenos sociais que revela a função que esses desempenham no estabelecimento de progresso moral na dimensão do reconhecimento. Para Honneth (2003), isso requer a ampliação do olhar sobre os processos históricos, bem como a percepção de que os sentimentos de injustiça e as experiências de desrespeito – percepção na qual busca-se fundamentação para as lutas sociais – precisam ser vistos para além de sua ação, devendo ser estudados pela sua perspectiva moral e por seus desdobramentos na luta por reconhecimento.

E, ainda:

O desenvolvimento de três áreas diferentes, aumentar as oportunidades para todos os membros da nova sociedade para alcançar um maior grau de individualidade um, uma vez que são capazes de experimentar mais aspectos de suas próprias personalidades em diferentes modelos reconhecimento (HONNETH, 2006, p.144 - tradução nossa)

Nisso estaria contido o papel do reconhecimento social como elemento de significação na construção de uma identidade subjetiva de reconhecimento pessoal e na ampliação das relações sociais do reconhecimento coletivo na comunidade de valores.

3 O PROJovem ADOLESCENTE COMO EDUCAÇÃO NÃO FORMAL INTERPRETADO À LUZ DA TEORIA DO RECONHECIMENTO DE HONNETH

Este capítulo retoma a discussão do Projovem Adolescente a partir de seu traçado metodológico em articulação com a teoria do reconhecimento de Honneth.³⁹ O traçado metodológico introduz as dimensões socioeducativas que fundamentam e direcionam as ações socioeducativas desenvolvidas no programa. Nosso esforço se concentrará em analisar aspectos metodológicos do Projovem, considerando que esse se encontra metodologicamente estruturado com base em três eixos, a saber: convivência social, participação cidadã e mundo do trabalho. Tais eixos são desdobrados em dimensões metodológicas que delimitam ações socioeducativas e que objetivam inserir os jovens nos processos educacionais, capacitá-los para o trabalho, ampliar seu acesso à cultura e incentivá-los à participação na comunidade mediante ações coletivas de interesse público. A partir da análise dos eixos estruturantes e das dimensões metodológicas do Projovem Adolescente, o programa será tematizado como proposta de educação não formal lida à luz da teoria do reconhecimento de Honneth .

Nesse sentido, este capítulo aborda a identidade político-social do programa Projovem Adolescente com base nas referências que definem critérios legais de sua instituição como programa de serviço socioeducativo com critérios, objetivos e metodologia definida. Retoma de forma mais aprofundada os eixos estruturantes do programa de modo a situar as dimensões metodológicas que servem de referência para as ações socioeducativas. A intenção é recuperar e apresentar elementos do Projovem Adolescente que demonstrem sua especificidade socioeducativa como proposta da educação não formal. Este item se propõe a investigar as dimensões metodológicas como referências pedagógicas socioeducativas, articulando-as com a teoria do reconhecimento honnethiana. Por fim, investiga as possibilidades abertas por essa teoria para interpretar o Projovem Adolescente, considerando-o como proposta de educação não formal. Para melhor compreensão deste estudo, procede-se a uma breve retomada e a um aprofundamento das especificidades e dos objetivos do programa como prática de educação não formal, investigando seu potencial de formação, considerando sua dimensão socioeducativa à luz da teoria do reconhecimento honnethiana. Assim, a finalidade deste capítulo é demonstrar que o Projovem Adolescente, como proposta educativa não formal,

³⁹ No Projovem Adolescente, a compreensão de metodologia é entendida como uma construção teórico-prática que expressa concepções de mundo, de sociedade, de juventude e de políticas públicas que estruturam propostas e ações práticas de intervenção socioeducativa com os jovens (BRASIL, 2009b, p.24).

possui um potencial de reconhecimento intersubjetivo capaz de contribuir para a formação da identidade, para a socialização e para a inclusão social.

3.1 A identidade político-social e os eixos do traçado metodológico do Programa Socioeducativo Projovem Adolescente

A constituição das políticas sociais são fundamentais para a sobrevivência de determinados segmentos sociais, mas também podem ser determinantes para a manutenção do sistema social vigente. No caso do Brasil, a ampliação dos direitos sociais tende a seguir um modelo fragmentado de políticas públicas, correndo o risco de apenas amenizar os conflitos e não promover mudanças sociais efetivas. Em sentido geral, o Projovem Adolescente procura não somente assegurar direitos, mas ocupa-se também de processos formativos, privilegiando progressivamente atividades de prevenção e de integração social. As ações propostas no programa centram-se no jovem e na sua realidade, considerando o conjunto de suas relações, representações e motivações como fator decisivo para a formação desses sujeitos. Tais ações caracterizam-se como ações afirmativas, ou seja, como formas de políticas públicas que objetivam transpor desigualdades historicamente acumuladas, garantido igualdade de oportunidade e de tratamento na promoção do bem-estar e da cidadania, como política pública de correção de desigualdades e efetivação de direitos. Também propõe a mobilização dos setores culturais — família, comunidade, instituições e sociedade —, com intenção de ampliar as ações de inclusão social.

A perspectiva desenhada por essa política social traz o desafio de se pensar a socioeducação no quadro de uma responsabilidade ética alicerçada no reconhecimento dos sujeitos como protagonistas de seu projeto de vida, correspondendo a um processo de promoção de aprendizagem de autonomia e de responsabilidade a ser desenvolvida ao longo de sua existência. A assistência social desempenha um papel fundamental na promoção dessa “utopia”, sobretudo por trabalhar mais especificamente com sujeitos vítimas de exclusão social,⁴⁰ de violência, de pobreza e de privação de direitos fundamentais.

O não acesso a boas condições de saúde, a uma educação de qualidade, aos mínimos necessários para a sobrevivência, a moradia adequada, a equipamentos comunitários de lazer, de esportes e de cultura, entre outros espaços adequados de socialização e de desenvolvimento

⁴⁰ A noção de exclusão social refere-se a realidades imprecisas. Abrange um conjunto heterogêneo de fragilizações que podem atingir qualquer pessoa em qualquer etapa da vida, o que significa que na atualidade que todos somos vulneráveis, uma vez que a exclusão não se limita à dimensão econômica, mas de modo geral pode atingir uma ou várias dimensões da vida os sujeitos.

humano, torna-se fator de grande importância para a fragilização dos sujeitos em seu ambiente familiar, comunitário e social. As diversas expressões da violência, os conflitos familiares e comunitários, a desigualdade social e a ausência de garantias e de políticas públicas transformam determinados grupos sociais, como os jovens, em sujeitos vulneráveis que demandam por ações que minimizem os efeitos perversos da exclusão.

Na verdade, ocorre que essa ideia de exclusão social vincula-se à de risco associada à marginalização pela impossibilidade de acesso a bens e serviços que passa a ser inerente à dinâmica social, obrigando o governo e a sociedade a reinventarem as tradicionais estratégias de assistência social. Introduce-se, assim, uma possibilidade educativa nos programas propostos pela Política Pública de Assistência Social, já que não é suficiente promover processos de adaptação e de integração.

A elaboração de políticas públicas contém uma direção focalizada no atendimento das demandas sociais emergentes. Uma demanda expressiva que se verifica diz respeito aos jovens provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade e que demandam por programas sociais com ações inclusivas que possam reduzir os riscos a que estão expostos. A preocupação com a juventude traduz a necessidade do Estado em responder às questões relacionadas aos jovens considerados em situação de vulnerabilidade social. É nesse contexto que nasce o Projovem Adolescente, serviço socioeducativo que se propõe a promover a reintegração do jovem ao processo educacional, à qualificação profissional e ao desenvolvimento humano. Segundo a Lei 11.692/08, que institui o programa, esse é concebido como um serviço socioeducativo de proteção social⁴¹ e tem como objetivos:

Art, 9º I - complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária; II - criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional (BRASIL, Lei 11.692, 2008).

O Projovem Adolescente se propõe a educar e a permitir que os jovens tenham, de alguma forma, acesso a um ambiente regulado pelo Estado que lhes proporcione socialização, inclusão e trocas de experiências. Conforme já observado, o alcance pretendido pelo programa direciona-se especificamente aos jovens em situação de exclusão e vulnerabilidade social. Nesse sentido, como destaca Souza,

⁴¹ As ações de proteção social que viabilizam um conjunto de bens sociais, serviços e benefícios não materiais situam-se nas ações dos serviços socioeducativos que se constituem no caráter principal do Projovem Adolescente e estarão refletidas no traçado metodológico.

[...] as preocupações da juventude contemporânea, especialmente dos jovens de baixa renda são, fundamentalmente, produzidas concomitantes às incertezas e a contingência que caracterizam as sociedades hodiernas, em parte, derivadas do acelerado ritmo de transformação social (GIDDENS, 1991), e, em parte também, consequência de fundamentos estruturais inequivocamente perversos, os quais remetem a inseguranças relacionadas ao acesso à *educação* de qualidade, à *profissionalização* e *capacitação adequada ao mercado de trabalho* (SOUZA, 2010, p.239 – Grifos do autor).

O traçado metodológico do programa, que oferece as bases conceituais e os subsídios teóricos e práticos necessários à estruturação do serviço socioeducativo, define os eixos estruturantes que determinam as “[...] diretrizes metodológicas, os princípios orientadores, os conteúdos e atividades a serem desenvolvidos com os jovens durante sua permanência no serviço socioeducativo, ordenando os tempos e os processos de trabalho” (Brasil, 2009b, p.27). Os eixos estão divididos em três aspectos fundamentais: a) a convivência social, b) a participação cidadã e, c) o mundo do trabalho. Tais eixos, segundo o Projovem, devem, por meio de ações socioeducativas,⁴² possibilitar aos adolescentes apropriarem-se dos conhecimentos historicamente acumulados, adquirir valores éticos e se constituírem como sujeitos de direitos comprometidos com a “transformação social” (BRASIL, 2009 a). Nesse sentido, cabe explicitar os eixos estruturantes referidos acima, uma vez que nos remete a explicitações que permitem compreender os objetivos centrais do Projovem Adolescente e como esses se articulam com as dimensões socioeducativas que fundamentam as atividades do programa desenvolvidas com os jovens.

O primeiro eixo envolve a *Convivência Social* e é definido como fundamental para a construção de vínculos. Nesse particular, o Traçado Metodológico do programa (2009a) ressalta a importância da interação dos jovens com a família e seu meio social, uma vez que define o convívio como parte da dinâmica social que desenvolve a construção da identidade, a afirmação da individualidade e o sentimento de pertença efetivado pela transição de códigos sociais e culturais, estabelecendo valores éticos e morais aceitos socialmente. O programa ressalta, ainda, a esse respeito, a “valorização da pluralidade e da singularidade da condição juvenil, das formas particulares de socialidade e sociabilidade dos jovens e da criação de vínculos e interação com seus pares, a família, a escola, o mundo do trabalho e a comunidade”

⁴² Conforme o caderno de orientações do Projovem Adolescente (2006), as ações socioeducativas do Projovem Adolescente objetivam levar os jovens a desenvolver um olhar analítico e crítico sobre o bairro e o território, de modo a perceberem suas potencialidades e dificuldades, estimulando-os a se envolverem em iniciativas que contribuam para qualificar e transformar o ambiente em que vivem. Isso significa valorizar o conhecimento em profundidade do seu bairro/território e sua contextualização na cidade; o mapeamento dos equipamentos, das ações e dos serviços públicos no âmbito da assistência social, da saúde, da educação, da cultura, do esporte e do lazer, do meio ambiente e do trabalho, com vistas ao usufruto de seus direitos e empoderamento como cidadãos.

(BRASIL, 2009c p. 18). Esse eixo aponta na direção da formação de um jovem integrado aos modelos de uma convivência social necessária à sociedade atual, um jovem participativo e integrado que interage disposto a enfrentar as adversidades presentes em sua realidade, principalmente a exclusão social.

O convívio social que se dá já a partir das primeiras relações sociais, na família ou por meio das relações de amizade, introduz a confiança necessária a todos os processos sociais de relacionamento. O aspecto da autoconfiança desenvolvida a partir das relações primárias que o ser humano estabelece na primeira infância remete para o reconhecimento amoroso. Como destaca Honneth (2003), o amor é o pressuposto psíquico da autoconfiança que será a base para todas as atitudes de autorrespeito e confiança importantes nos processos de integração social e de socialização. O amor como ligação simbioticamente alimentada, que surge da desejada reciprocamente, cria a medida da autoconfiança individual, que pode tornar-se base indispensável para a participação autônoma na vida pública. Afirma Honneth:

Essa relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de auto-relação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede tanto lógica como geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco: aquela camada fundamental de uma segurança emotiva [...] propiciada pela experiência intersubjetiva do amor constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de auto-respeito (2003, p. 177).

A autoconfiança implica um movimento intersubjetivo no qual se constrói, ao mesmo tempo, o amor de si mesmo e a autoconfiança, possibilitados pela experiência do amor do outro e da confiança no amor do outro, formando-se, assim, a base concreta emotiva para a defesa e a reivindicação de direitos na rede do reconhecimento jurídico, bem como as condições pessoais para a participação no plano da rede de solidariedade e da estima social. O componente afetivo é fundamental para o processo de autonomia e individualização do sujeito. Contudo, apesar de Honneth dar a entender em sua argumentação ser o reconhecimento afetivo uma etapa que, uma vez bem sucedida, é superada e possibilita a realização das demais, é importante compreender o reconhecimento afetivo não como etapas, mas como um processo que precisa ocorrer durante toda a vida.

A *Participação Cidadã*, o segundo eixo, propõe a formação para a cidadania. Para tanto, sugere que os jovens devem se apropriar de seus direitos e reconhecer seus deveres, expressando e manifestando seus interesses, visão de mundo e posicionamento no espaço público. De acordo com o Traçado Metodológico do programa (2009a), a participação cidadã busca uma atuação crítica, protagonista e transformadora perante os seus interesses e da

comunidade, reafirmada pela necessidade de “sensibilização para os desafios da realidade socioeconômica, cultural, ambiental e política do seu meio social; reconhecimento de direitos; estímulo às práticas associativas e a todas as formas de expressão, aos posicionamentos e visões de mundo no espaço público” (BRASIL, 2009c, p.18).

A *Participação Cidadã* busca dar aos jovens inseridos no processo socioeducativo o papel de protagonistas que conhecem seus direitos e que exercem a participação na sociedade como cidadãos. Entretanto, a ideia de cidadania formulada nesse eixo parece um tanto idealizada porque supõe, de algum modo, que os jovens terão acesso aos seus direitos por meio de um programa social. Na esfera do Direito, traduzido nas relações jurídicas, o autorrespeito permite a percepção de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando sabemos quais obrigações temos de observar em face do outro. Ou seja, da perspectiva normativa de um “outro generalizado” que nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, passamos a nos entender também como pessoa de direito, e é assim que nos tornamos seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões.

O eixo da participação cidadã pode ser relacionado à esfera do Direito que possibilita o reconhecimento, no Projovem Adolescente, de seus participantes como sujeitos livres detentores de direitos e com a capacidade de orientar-se por normas morais. A participação produz a possibilidade da autonomia e do respeito, assegurados pelo Estado e que podem ser viabilizados pela participação. Nesse sentido, desde a perspectiva do reconhecimento jurídico,

[...] o homem é reconhecido e tratado como ser racional, como livre, como pessoa; e o singular, por sua parte, se torna digno de esse reconhecimento porque ele, com a superação da naturalidade de sua autoconsciência, obedece a um universal [...] ou seja, se porta em relação aos outros de uma maneira universalmente válida, reconhece-os como o que ele próprio quer valer – como livre, como pessoa (HONNETH, 2003, p. 179).

O reconhecimento do indivíduo como pessoa de direito produz o autorrespeito que tende a aplicar-se a todo sujeito de forma igualitária. Os direitos individuais se desligam das expectativas concretas específicas dos papéis sociais, pois competem em igual medida, a todo homem na qualidade de ser livre, de modo independente do grau da estima social. Dessa forma, o autorrespeito implica um reconhecimento universal em vista da liberdade de vontade da pessoa e um respeito social que leva em conta qualidades e realizações individuais na medida em que são consideradas socialmente importantes.

O terceiro e último eixo, concernente ao *Mundo do Trabalho*, o qual é definido no Traçado Metodológico (2009a) como processo vital e educativo que contribui para a autonomia e a cidadania dos jovens. Ele ressalta os seguintes aspectos:

[...] a introdução aos conhecimentos, técnicas e práticas sobre o mundo do trabalho; desenvolvimento de habilidades gerais e capacidades transversais; orientação para a escolha profissional consciente e com visão crítica: inclusão digital e nas novas tecnologias de comunicação, associando o trabalho à realização pessoal e a transformação da realidade (BRASIL, 2009c, p. 18).

A noção de trabalho é apresentada como forma de inclusão social e estruturadora da identidade, devendo ser entendida por referência à subjetividade do jovem e também como forma de realização pessoal. A proposta do programa sugere o desenvolvimento de competências julgadas essenciais para inclusão no mundo do trabalho e pressupõe a possibilidade de desenvolvê-las com a identificação das habilidades com vistas a preparar para integração no “mundo do trabalho”. O eixo mundo do trabalho traz elementos que possibilitam ao Projovem vincular o jovem ao mercado do trabalho como um processo vital de inclusão social e permite que essa seja analisada pela estima social, pois, para Honneth (2003), as relações de estima social vivenciadas por um indivíduo em sua comunidade são largamente aferidas de acordo com a contribuição que esse realiza para a sociedade na forma de trabalho formalmente organizado. Assim, as relações de reconhecimento na esfera da solidariedade são integralmente entrelaçadas com a distribuição e a organização do trabalho social, bem como com o desenvolvimento das próprias capacidades.

A estima social pelo trabalho depende da capacidade do indivíduo ser reconhecido pelas contribuições que é capaz de prestar à sociedade. Nesse sentido, pode-se afirmar que o trabalho ainda cumpre um papel central na formação da identidade de uma pessoa, cuja evolução depende do acesso aos meios de formação necessários ao desenvolvimento de atividades com níveis mais elevados de reconhecimento. Todavia, se essa formação da identidade pessoal é também dependente da estima social gozada pelo trabalhador dentro da sociedade, então o conceito de trabalho não pode ser concebido categorialmente desacoplado das condições de reconhecimento.

A partir dos eixos estruturantes são estabelecidas as dimensões metodológicas para o programa, as quais desenham as ações socioeducativas – dialógica, afetiva, reflexiva, cognitiva, ética, estética e lúdica – integradoras das atividades do Projovem Adolescente, formuladas a partir dos eixos estruturantes. Tais dimensões são interpretadas como pedagógicas na medida em que possibilitam adquirir habilidades e potencialidades necessárias

à convivência social, à participação cidadã e à capacitação para o mundo trabalho. Educar para a convivência social, para a participação social e para o mundo do trabalho implica, fundamentalmente, melhorar as relações pessoais, qualificar os jovens para o trabalho, provocar mudança de atitude, de reflexões e de questionamentos sobre seu cotidiano. Implica ainda assumir os princípios de uma relação de reciprocidade e de reconhecimento no grupo com um sentido de emancipação e de autonomia.

A partir desses eixos, o programa apresenta os temas transversais relacionados às temáticas da atualidade que são utilizados na perspectiva de compreensão da realidade pela participação social dos jovens que são trabalhadas articulando as diversas dimensões que promovam a vivência de práticas socioeducativas. São temas transversais para o Projovem: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais; Juventude e Saúde; Juventude e Meio Ambiente; Juventude e Trabalho; Juventude e Cultura; Juventude Esporte e Lazer. O desdobramento dos eixos estruturantes por meio de dimensões metodológicas é a proposta para o desenvolvimento das ações socioeducativas em suas atividades teóricas e práticas.

3.2 A dimensão socioeducativa do Projovem Adolescente e a aspiração por reconhecimento

O Projovem Adolescente agrega sete dimensões metodológicas, a saber: dialógica, reflexiva, cognitiva, afetiva, ética, estética e lúdica. Tais dimensões servem de referência para a ordenação e direcionam as atividades socioeducativas trabalhadas com os jovens. A ação socioeducativa⁴³ que o programa se propõe a levar adiante é compreendida como uma intervenção “[...] formadora, deliberada, planejada e participativa [...]” (BRASIL, 2009b, p.24). Tal ação visa desafiar e estimular a capacidade flexiva e crítica dos jovens com vistas à orientação para a construção e a reconstrução das vivências dos mesmos na escola, na comunidade e na sociedade e também contribuir no processo de formação da identidade pessoal, de futuro profissional e de cidadão dos jovens.

Esses elementos configuram um duplo sentido para a socioeducação: por um lado, atendem a necessidade de serviços socioassistenciais para além da escolaridade, sob a perspectiva de despertar talentos e interesses próprios da condição juvenil, fortalecendo a convivência familiar e comunitária; por outro, preveem a articulação dos eixos estruturantes

⁴³ Há uma diferenciação entre as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e Adolescente e o serviço socioeducativo do Projovem Adolescente: “[...] o serviço socioeducativo do Projovem Adolescente, de caráter preventivo e a participação exclusivamente voluntária dos jovens” (BRASIL, 2009b, p.19).

do seu traçado metodológico centrados na convivência social, na participação cidadã e no mundo do trabalho voltadas à superação de práticas “[...] reiteradoras de subalternidade e de preconceitos contra jovens e adolescentes [...]” (BRASIL, 2009a, p14), fomentando práticas que estimulem o respeito às diferenças e o exercício da autonomia.

As principais referências metodológicas do Projovem Adolescente (BRASIL, 2009b), para formação “integral” estão apoiadas nas dimensões socioeducativas, estudadas na sequência e que, pela perspectiva do programa, buscam assegurar a convivência social, promover a defesa e a afirmação dos direitos à emancipação, à autonomia e à cidadania possibilitadas pela interação entre os sujeitos e o contexto sociocultural, econômico e histórico no qual se inserem. Para alcançar sua finalidade, as dimensões socioeducativas desdobram-se nas ações e atividades que valorizam a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas de socialização; na sensibilização dos jovens para o reconhecimento de sua realidade social, cultural, ambiental e política; na ampliação de direitos; na introdução de conhecimentos sobre mundo do trabalho, desenvolvendo habilidades gerais e capacidades úteis a vida profissional, na orientação das escolhas profissionais e na promoção da inclusão digital como elementos de formação integral.

As principais referências metodológicas do Projovem Adolescente estão apoiadas em dimensões metodológicas socioeducativas. Uma delas é a *dimensão dialógica* que propõe o alargamento da percepção de que a aprendizagem se produz em diálogo entre iguais, visando considerar a todos os saberes e favorecer que as ações socioeducativas se realizem na troca de ideias e de experiências, na socialização de conhecimentos, no trato de conflitos e na negociação e construção de consensos, facilitados pela convivência e pelo trabalho coletivo. Essa dimensão objetiva tornar o jovem capaz de refletir sobre sua condição individual e social, de se sentir um sujeito que participa, que recebe influências e que influencia seus pares, consolidando o seu desenvolvimento como adulto e cidadão. Esse esforço reforça a busca pelo reconhecimento evidenciada por Honneth (2003), no sentido do reconhecimento jurídico, mediante o qual é conferido ao jovem o *status* de membro de uma sociedade e lhe é garantido o reconhecimento social, que lhe proporciona compreender-se como sujeito em interação com outro. A busca pelo reconhecimento demanda tempo, espaços e relações de qualidade que possibilitem a cada um experienciar e desenvolver suas habilidades nas relações sociais com os demais.

A *dimensão reflexiva* do Projovem objetiva provocar uma reflexão crítica sobre o cotidiano, bem como de experiências individuais, coletivas e comunitárias e está voltada para a elaboração do que é vivido – tal como projetado na ordem imaginária – e para a

sistematização de novos conhecimentos adquiridos. Na dimensão reflexiva, aparece a proposta de atividades vinculada a um espaço de convivência social que estimule o desenvolvimento de potencialidades, a fim de que os jovens sejam proativos e atuem de forma crítica no meio social. Nessa reflexão crítica do cotidiano, a aspiração por reconhecimento pode assumir a forma da busca pela igualdade de acesso aos direitos, de participação e de formação da vontade coletiva, provocando um reconhecimento progressivo nos jovens que apreendem a reconhecer em si competências e direitos no decorrer do envolvimento social, grupal e intersubjetivo. Desse envolvimento emerge um duplo movimento: primeiro, um questionamento de apreensão da realidade e, segundo, o afloramento de elementos específicos da personalidade que brotam da/na convivência grupal e que demandam pela aspiração por reconhecimento intersubjetivo.

A percepção dos sujeitos como “[...] portadores de um interesse emancipatório [...]” (SOLONIA, 2088, p.127) lhes proporciona assumir atitudes com vistas a provocar modificações nos contextos em que estão inseridos, influenciados pelas experiências negativas, pois essas trazem a motivação para a superação das dificuldades e das necessidades que enfrentam. Ainda, segundo Solonia, “[...] o descontentamento mobiliza toda a energia cognitiva e prática do indivíduo na preocupação com a alteração do seu estado e da situação” (2008, p. 128). Dessa forma, evolui-se para o reconhecimento de pessoa de direito que tende a aplicar-se a todo grupo na mesma medida. O reconhecimento jurídico confere aos jovens uma situação de respeito social e salienta o “valor” do indivíduo singular medido pelos critérios de sua importância social. É a partir do diálogo e do reconhecimento dos direitos que a pessoa, no nosso caso o jovem, pode se engajar em atividades que contribuam para a sua autonomia e para sua emancipação.

A *dimensão cognitiva* apresentada no Projovem Adolescente propõe a ampliação da capacidade de análise, de comparação e de reflexão. Essa dimensão considera não somente o que se aprende, mas leva em conta o modo como se aprende e está relacionada à capacidade de acessar informações e conhecimentos. A aprendizagem proposta pelo programa nessa dimensão é de caráter crítico, de formação de “espírito crítico” que capacite os jovens para que descubram, criem e tenham seus talentos estimulados de forma proativa, tornando-os aptos a enfrentar as adversidades com autoestima. O desenvolvimento dessa dimensão no âmbito da ação socioeducativa possibilita que o adolescente experimente, reconheça seus limites e os questione para firmar uma atitude de corresponsabilidade com suas escolhas.

A *afetiva* é dimensão que proporciona o desenvolvimento e a ampliação de relacionamentos interpessoais, envolvimento e comprometimento, construção de interesses

comuns, cumplicidades e criação de vínculos afetivos que proporcionam alegria e prazer na participação das ações socioeducativas. Essa dimensão pode ser retomada nos termos da teoria do reconhecimento de Honneth, tendo por referência a esfera do reconhecimento afetivo que possibilita ao indivíduo adquirir confiança em si mesmo. Essa capacidade é concebida originariamente mediante o processo em que a criança experimenta a confiança no cuidado paciente e duradouro da mãe, pois então passa a estar em condições de desenvolver uma relação positiva consigo mesma. Honneth chama essa nova capacidade da criança de autoconfiança. Tal capacidade se traduz também nas relações de amizade e convivência com o grupo e a comunidade da qual se sentem como membros ativos. De posse dessa capacidade, a criança está em condições de desenvolver de forma sadia a sua personalidade. Esse desenvolvimento primário da capacidade de autoconfiança é visto por Honneth (2003, p168) como a base das relações sociais entre adultos. Na metodologia do Projovem Adolescente, a participação constitui-se num dos elementos principais de seu eixo estruturante e componente central da dimensão ética, conforme veremos na sequência.

A *dimensão ética* prioriza o exercício da participação democrática, da tolerância, da cooperação, da solidariedade, do respeito às diferenças nas relações entre os jovens e entre esses e a equipe de profissionais, para o desenvolvimento de princípios e valores relacionados aos direitos, à dignidade humana, à cidadania e à democracia. Essa dimensão também pode ser buscada na proposta da permanente reflexão crítica sobre a discriminação e o preconceito em relação às questões de gênero, à etnia, à cultura, à religião, às condições sociais e econômicas, às preferências sexuais, às capacidades físicas, mentais e cognitivas como condição de crescimento pessoal no convívio social e de aprendizagem de valores de respeito e tolerância.

O potencial presente nessa dimensão é determinante na formação dos jovens na medida em que o reconhecimento, para Honneth, está diretamente relacionado com seus conceitos de eticidade e justiça social, referindo-se ao processo de socialização moral do sujeito e à integração social. Se, da perspectiva da teoria do sujeito, Honneth concebe um ideal de sujeito autônomo, resultado do processo de formação da identidade, produzido por meio de etapas de interiorização das respostas de reconhecimento socialmente padronizadas, pela ótica social, essa questão se dirige à garantia de relações confiáveis de reconhecimento uma vez que “a justiça e o bem-estar da sociedade devem ser proporcionados à sua capacidade de garantir as condições para o reconhecimento mútuo nas quais a formação da identidade pessoal e, por conseguinte, a autorrealização individual, possam desenvolver-se adequadamente” (HONNETH, 2006, p.136, tradução nossa).

Em termos ideais, sociedade justa é aquela em que se configura um ambiente de relações sociais as quais permitem a seus membros condições de perseguir aquilo que consideram uma vida boa. Em outras palavras, uma sociedade cuja integração social se produz por intermédio da institucionalização dos princípios de reconhecimento. Nesse sentido, a dimensão ética dá ao grupo uma perspectiva de inclusão social pela promoção de ações, atividades e capacidades até então desvalorizadas e que passam a dar visibilidade ao grupo. A visibilidade é proposta no sentido de modificar padrões culturais que impedem a sua participação, substituindo-os por outros que os provem e os reconheçam como sujeitos sociais. Essa possibilidade introduz a necessidade de que todos os membros do grupo interajam uns com os outros como parceiros de interação pautados em padrões de valoração que expressem igual respeito e assegure aos jovens possibilidades de alcançar a estima social

A dimensão estética objetiva estimular a percepção que potencializa a atividade criadora dos jovens, de forma que esses se sintam sujeitos criativos de cultura, redescobrimo e reinventando sua forma de viver e compreender o mundo com todas as suas limitações e possibilidades a partir de sua cultura e contexto social. Os contextos da vida cotidiana, construídos intersubjetivamente, possibilitam aos indivíduos o autoconhecimento de suas habilidades e necessidades. A exteriorização das necessidades e habilidades ocorre no espaço público e, assim, os indivíduos aprendem a reconhecer em si mesmos competências e direitos dos quais emergem elementos específicos de sua personalidade que adquirem aprovação e reconhecimento social da coletividade. É por meio da expansão das experiências coletivas que acontece o autoaprendizado das limitações, das possibilidades e habilidades particulares de cada indivíduo, as quais podem ou não ser validadas socialmente. É constitutivo da estima social o processo de interpretação e de valores, os quais são validados pela contribuição social que conseguem garantir.

A última dimensão do programa é a *dimensão lúdica*, que, pelo traçado do Projovem Adolescente, desenvolve-se na valorização do espírito de liberdade, da alegria de viver, do jogo e da brincadeira e, pois, no jeito de ser jovem favorecendo a livre expressão das individualidades, base para a emancipação humana e social. Dessa forma, contempla uma compreensão das possibilidades de desconstrução do processo simbólico de inferioridade no que diz respeito aos aprendizados pessoais e coletivos e indica para a valorização e afirmação da identidade pessoal e grupal.

As dimensões socioeducativas estão articuladas de forma complementar e continuada em um processo no qual se entrelaçam, na perspectiva da formação da cidadania, da participação e do mundo do trabalho pelo exercício da convivência, pela defesa de interesses,

pelo compartilhamento de decisões que afetam suas vivências, suas famílias e sua comunidade no sentido emancipatório. A análise até este ponto indica que as dimensões socioeducativas derivam dos eixos estruturantes do programa e apresentam potenciais no sentido de que correspondem à aspiração por reconhecimento.

3.3 O Projovem Adolescente como proposta de educação não formal lida à luz da teoria do reconhecimento

Na análise das especificidades das dimensões metodológicas do Projovem Adolescente, como programa socioeducativo, encontramos na sua formulação teórica e metodológica aspectos educativos da educação não formal. Nosso objetivo, a partir da análise feita dos eixos estruturantes e da dimensão metodológica do programa, é tematizar o Projovem Adolescente como proposta de educação não formal lida à luz da teoria do reconhecimento. Adotamos o termo aspiração por reconhecimento, porque o programa Projovem Adolescente não foi elaborado para um grupo politicamente organizado pelo reconhecimento de sua especificidade identitária (a exemplo de movimentos sociais, étnico-racial, feministas, etc.), mas para um grupo constituído por condições específicas, tais como idade e condição socioeconômica. No caso desse grupo, os sujeitos se identificam como integrantes de um grupo social que, pelas condições de risco e vulnerabilidade, se caracterizam pela perspectiva honnethiana, como vítimas de desrespeito.

Por essas implicações, no Projovem Adolescente não existe uma identidade de luta por reconhecimento como a que se faz presente nos movimentos sociais, mas sim uma aspiração por reconhecimento como grupo portador de características comuns que os identificam como sujeitos sociais vinculados a uma condição social que os incorpora em um grupo a partir de elementos simbólicos. Isso indica a existência de um espaço de aspiração e busca por reconhecimento, pois existe uma condição de desrespeito expressada na visão socialmente construída dos jovens envolvidos no programa.

Neste estudo, concebemos o Projovem Adolescente a partir da conceituação, já desenvolvida anteriormente, considerando-o como um programa que executa um conjunto de ações articuladas e desenvolvidas para e com um grupo específico de jovens, envolvendo uma dimensão espaço-temporal, um processo coletivo com alguma capacidade de impacto e que contribui no processo de formação da identidade pessoal, profissional e de cidadania para os jovens. Ou seja, um programa que não se reduz simplesmente à implantação de serviços, pois engloba projetos da natureza ético-política, com uma proposta de formação humana.

O Projovem Adolescente se insere no modelo da educação não formal⁴⁴ e, nesta pesquisa, concebemos a educação não formal como um tipo específico de educação que prioriza a sociabilidade e a integração social de grupos em situação de risco social por meio de ações orientadas e intencionais. A educação não formal, segundo Gohn (2006), caracteriza-se como um processo de várias dimensões que visa capacitar os sujeitos para que se tornem cidadãos pelo conhecimento da realidade e das relações sociais que estabelecem com o grupo. Por essa razão, atua sobre aspectos subjetivos do grupo e desenvolve laços de pertencimento, ajudando na construção de sua identidade coletiva, contribuindo para o desenvolvimento da autoestima e do *empowerment*⁴⁵ do grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo.

O Projovem Adolescente, como programa social, executado pela proposta da educação não formal, e analisado sob os preceitos teórico do reconhecimento proposto por Honneth, abre espaço na esfera pública para a formulação e implantação de projetos coletivos de educação que visam a ampliação dos direitos de cidadania para além das perspectivas reais de diminuição das desigualdades sociais e, com isso, efetiva possibilidades de inclusão social. Nesse sentido:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN,2006, p.3).

No programa Projovem Adolescente, as dimensões socioeducativas são experienciadas no grupo e caracterizam a educação não formal de muitas formas, a saber: procedimentos

⁴⁴ Gohn diferencia educação formal, não formal e informal nos seguintes termos: a expressão não formal também é usada por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre esses conceitos. A princípio, podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados – e a educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.

⁴⁵ Sinônimo de empoderamento. Nesse debate, o processo de empoderamento é apresentado a partir de dimensões da vida social em três níveis: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política. O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania.

coordenados que visam à ampliação da cidadania; a participação cidadã; aprendizagem de habilidades; aprendizagem de direitos e outros. Dessa forma, as dimensões seriam as ações coordenadas que garantem ao programa uma base pedagógica, política e social características de uma educação não formal, proporcionando condições para compreender e interpretar a realidade social, incluindo-se a situações de exclusão presente no contexto do Projovem Adolescente. Tais dimensões qualificam e ampliam as possibilidades postas pela teoria do reconhecimento de Honneth no desafio de ajudar os jovens na busca por reconhecimento intersubjetivo, no sentido de criar condições para que ele mesmo consiga conquistar autoconfiança, autorrespeito e autoestima. As ações socioeducativas concretizam-se no espaço da coletividade e contribuem na formação da identidade uma vez que o processo de reconhecimento parte de um plano subjetivo ampliado na convivência grupal que permite o reconhecimento na medida em que se torna reconhecido pelo outro.

Os processos educativos propostos pelas dimensões socioeducativas do programa consideram os contextos e as formas de exclusão que provocam a pobreza, as situações de vulnerabilidade e de exclusão social. Nesse sentido, a socioeducação, enquanto uma ação pedagógica e social pensada à luz dos princípios da Teoria do Reconhecimento, centra-se primeiramente no sujeito situado na sociedade que identifica nas situações de desrespeito um potencial de aspiração por reconhecimento e, como argumenta Honneth,

[...] os sujeitos podem estimar-se mutuamente como pessoas que, por força da situação social comum, partilham propriedades e capacidades a que compete na escala dos valores sociais uma certa medida de reputação social; entre os grupos definidos por status, existem relações de estima escalonadas numa hierarquia, que permite aos membros da sociedade estimar propriedades e capacidades no sujeito estranho ao respectivo estamento, as quais contribuem, numa medida culturalmente predeterminada, para a realização valores partilhados em comum (2003, p.202).

Isso passa pelo entendimento de que o parâmetro que determina o valor social dos membros de um grupo é o valor decorrente de sua contribuição coletiva na realização das finalidades sociais do grupo. Portanto, as propriedades que orientam a avaliação social estão relacionadas à sua contribuição na realização de valores partilhados em comum, e ainda prevalecem para o grupo relações solidárias em razão de que cada indivíduo sente estimado pelos demais na mesma medida. Sentir-se estimado é sentir-se reconhecido, o contrário – o não reconhecimento – parte de uma situação de desrespeito. As situações de desrespeito podem provocar a busca por reconhecimento, a qual pode levar a ações inclusivas e autonomizantes:

Quando nos encontramos diante de uma situação de risco e vulnerabilidade, vividos por um adolescente, a primeira providência deve ser o cuidado para sanar aquela situação de sofrimento e dor. No entanto, o cuidado ou a cura devem ser um primeiro passo de um itinerário projetado para a criação de motivações, de força, de autoestima, ou, como alguns pesquisadores afirmam, para a promoção da resiliência. É um processo no qual as pessoas passam a ser motivadas não mais de fora para dentro (processo de cuidado e de cura), mas de dentro para fora (processo de “empoderamento” ou empowerment); elas passam a sonhar com o futuro e agir em função de um projeto de vida. Nesses casos conseguimos fazer com que a pessoa consiga caminhar com as próprias pernas, aprenda a pescar em vez de ganhar o peixe, ser proativa em vez de ser eternamente reativa às suas infinitas carências e sofrimentos (CALIMAN, 2010, p.358-359).

Essa citação, situada a partir da realidade brasileira, confirma a importância do programa para o processo de formação e inclusão de jovens que estão para além das inseguranças relacionadas ao acesso à educação de qualidade, à profissionalização e à capacitação adequada ao mercado de trabalho. Isso indica que processo de empoderamento implica um tipo de capacitação que pode ser oferecido pela educação não formal.

O Projovem Adolescente estabelece um indicativo para refletir as relações existentes entre o sistema formal e não formal de formação. Se a escola tem como objetivo principal “[...] promover os processos de ensino e aprendizagem, é também verdade que tais processos não podem ignorar as condições objetivas de frustração das necessidades fundamentais que tendem a provocar pobreza e exclusão [...]” (CALIMAN, 2010, p.259). Isso sugere a necessidade de diálogo e a vinculação entre educação formal e não formal, sendo umas das possibilidades para tal a socioeducação, pois, por seus critérios sociais, visa a ações preventivas para a superação de riscos e vulnerabilidades sociais. A perspectiva da socioeducação é entendida não como uma resposta às necessidades emergentes por ações compensatórias, mas sim com ações protetivas e preventivas acionadas pela solidariedade e responsabilidade de todos. Nesse sentido, a teoria do reconhecimento traz uma contribuição importante, uma vez que esta, como destaca Flickinger, opera

[...] com novos pressupostos ético-morais para superar as insuficiências e a injustiça social, quem levaram ao esfacelamento crescente da sociedade neoliberal. Ao invés de forçar uma nova homogeneização social – a principal estratégia das políticas de inclusão social, defendida pelo Estado do direito –, essa teoria quer dar espaço e legitimidade própria à heterogeneidade cultural, às diferenças de opções e projetos de vida e ao múltiplo de convicções ideológicas. Sua estratégia consiste em propor critérios ético-morais aptos a encaminhar e assegurar a autonomia plena do indivíduo dentro de uma sociedade solidária” (2011, P 223).

Essa indicação permite considerar que uma sociedade inclusiva é aquela na qual todos possuem seu espaço e são valorizados por suas potencialidades, cabendo à sociedade contribuir com a formação para o desenvolvimento e o aprimoramento dos sujeitos pela oferta

de forma equânime de indicadores de uma vida com qualidade, a saber: assistência social, moradia, saúde, educação, lazer entre outros. O Projovem Adolescente procura, por meio de ações ampliadas, propostas nas dimensões metodológicas, questionar os processos sociais refletindo sobre a exclusão social e a pobreza como resultados de um processo histórico. Vista como uma construção histórica resultante de um processo excludente, a pobreza deflagra relações de desrespeito que podem servir de motivação para a busca do reconhecimento.

3.4 O Projovem Adolescente como educação não formal: possibilidades abertas mediante relações de reconhecimento intersubjetivo

A análise do Projovem Adolescente pela ótica da teoria do reconhecimento possibilita a identificação de potenciais presentes no programa que permitem ampliar o alcance de sua dimensão socioeducativa. Tal análise implica a vinculação de conceitos presentes na teoria do reconhecimento, tais como inclusão, socialização moral, integração social, excedente de validade e progresso moral. A definição de tais conceitos parte da interpretação da busca por reconhecimento como uma relação dialética que implica constante aprendizado entre os sujeitos no que diz respeito às identidades. Dessa forma, a inclusão refere-se à inserção do sujeito em uma comunidade de valores em um círculo igualitário composto de todos os membros da sociedade, “[...]de forma que o círculo de sujeitos que reconhecem uns aos outros cresce” (HONNETH, 2003, p.186). A compreensão da socialização moral, por sua vez, na perspectiva de Honneth, está vinculada à interação social resulta de um processo conflitivo motivado pela quebra das expectativas morais.

O progresso moral diz respeito à ampliação das diferentes esferas do reconhecimento historicamente constituídas e que se constituem em critério para a ampliação da socialização e inclusão. O excedente de validade, presente nas três esferas do reconhecimento, permite a ampliação das demandas que contribuem para a expansão das relações sociais de reconhecimento indicando um aumento do nível moral de integração social, a partir dos princípios do reconhecimento que potencializam novas reivindicações morais de reconhecimento individual e social. Nesse sentido, a aspiração por reconhecimento pode ser possibilitada pelo Projovem Adolescente na medida em que oferece uma oportunidade de superação das desigualdades em termos de direitos e vulnerabilidades que excluem os sujeitos dos processos sociais e que são expressos na necessidade de afirmação subjetiva.

A teoria do reconhecimento de Honneth apresenta expressivo potencial na articulação das ações socioeducativas, uma vez que “defende um pressuposto ético-moral que visa

compatibilizar a ideia de autonomia e autoestima pessoais – diretrizes primordiais do processo educativo – com o estabelecimento de relações sociais justas e solidárias” (FLICKINGER, 2011), o que indica que processo formativo humano deve ser interpretado pelas experiências sociais. Para a teoria do reconhecimento, a formação não se limita ao aprendizado de métodos e ideias, mas na reflexão “do desenvolvimento de competências sociais mediante a educação moral” (FLICKINGER, 2011).

O Projovem Adolescente, ao privilegiar diferentes dimensões na estrutura metodológica que operacionaliza as atividades socioeducativas,⁴⁶ proporciona para além das necessidades materiais, possibilidades de formação. No programa, as dimensões socioeducativas já analisadas podem servir de referencial para a ampliação do reconhecimento intersubjetivo, porque visam à “[...] aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades para empreenderem projetos de vida pessoais e coletivos, transformadores e comprometidos com o bem comum” (BRASIL, 2009b, p.29). Recorrendo a Honneth (2003), percebe-se que o reconhecimento não se concentra exclusivamente nas demandas materiais, visto que a resistência social “depende, sobretudo, de um conceito de luta social que toma como seu ponto de partida os sentimentos morais de injustiça, em vez de constelação de interesses dados” (HONNETH, 2003, p.55). Desse modo, a resistência não resulta somente das formas de distribuição desigual de oportunidades materiais, mas também das atitudes morais cotidianas presentes nas relações sociais de valorização das diferenças. Portanto, a relação de não reconhecimento quando avaliada diante das expectativas morais e generalizada para a coletividade provoca sentimentos de injustiça podendo propiciar a busca por reconhecimento mútuo. Em outras palavras: o não reconhecimento sustenta e mantém o sentimento de inferioridade e só o enfrentamento das situações de desrespeito os retira da situação de vulneráveis.

A perspectiva de inclusão e de socialização indica que no programa há um excedente de validade formativo pelo viés do reconhecimento que aponta para potenciais existentes, embora não desenvolvido no programa. Os parâmetros para a socialização e a inclusão oferecidos pela teoria do reconhecimento precisam ser considerados levando-se em conta os três princípios do reconhecimento – amor, igualdade e êxito – e suas esferas, pois são esses princípios que possibilitam um excedente de validade que proporciona o desenvolvimento de potenciais internos no sentido da inclusão e socialização. O excedente normativo de validade é

⁴⁶ O programa aborda a compreensão da socioeducação como atividades ao mesmo tempo “sociais e educativas”, buscando um sentido na combinação dos termos para a aquisição de direitos e serviços, ou seja, “[...] criar situações de aprendizagens capazes de ampliar a participação e multiplicar as possibilidades de convivência dos jovens/adolescentes” (BRASIL, 2009a, p. 43).

o núcleo fundamental que permite recorrer a situações que ainda não são reconhecidas socialmente, como no caso a inclusão social, como uma contribuição para a expansão das relações sociais de reconhecimento e que representam um acréscimo moral de integração social. Vista sob essa perspectiva, as instituições sociais e educativas na qual se desenvolvem programas sociais e, particularmente o Projovem Adolescente, podem ampliar os espaços de formação da subjetividade relacionada à ampliação dos espaços de liberdade e do potencial de racionalidade presente no próprio programa. Dessa forma, as instituições, considerando as esferas do reconhecimento, podem impulsionar práticas emancipatórias:

O conceito normativo de excedente de validade é, pois, uma das chaves para a sustentação da ideia de progresso moral e a condição desta é que os princípios do reconhecimento abriguem sempre um potencial de realização de novas reivindicações morais de reconhecimento nos planos individual e social (CENCI, 2013, p. 281).

Sob o prisma da teoria do reconhecimento, a inclusão e a integração social podem ser ampliadas mediante a individuação e a socialização dos indivíduos, uma vez que esses critérios, inclusão e socialização, se constituem em critérios de avaliação de progresso moral que implica a capacidade dos sujeitos e das instituições expandirem-se para além da situação em que atualmente se encontram. A capacidade dos sujeitos de assegurar-se de sua autorrelação prática e as expectativas de reconhecimento intersubjetivo estão na base do processo formativo humano.

Assim, para analisar as possibilidades abertas pela teoria do reconhecimento ao Projovem Adolescente, concebido como projeto de educação não formal, é necessário identificar em que medida a socialização e a inclusão podem auxiliar a mostrar a importância de um adequado processo de individuação e da inclusão dos sujeitos como membros plenos da sociedade. O Projovem Adolescente concentra no grupo a proposta para o desenvolvimento da socioeducação, o que pressupõe a relação entre reconhecimento e socialização como parte do processo de formação da identidade e da integração social. A perspectiva de inclusão e de socialização, lembra Honneth, passa pela possibilidade do reconhecimento intersubjetivo e pela autorrealização dos sujeitos que demandam por tratamento igualitário. A igualdade entre os sujeitos é perpassada pela formação da identidade pessoal que depende de reconhecimento mútuo. Conforme Honneth, as consequências da compreensão de que as expectativas normativas que os sujeitos levam à sociedade orientam-se ao reconhecimento social de suas capacidades pelos demais indivíduos e

[...] podem ser desenvolvidas em duas direções: a primeira refere-se à socialização moral do sujeito; a segunda, à integração moral da sociedade. No que diz respeito à teoria do sujeito temos boas razões para supor que a formação da identidade do indivíduo costuma ocorrer através das etapas de interiorização das respostas de reconhecimento socialmente padronizadas. [...] Nesse sentido, todo sujeito humano depende essencialmente do contexto de formas de interação social regido por princípios normativos de reconhecimento mútuo e o desaparecimento dessas relações de reconhecimento se traduz em experiências de falta de respeito ou humilhação que não podem deixar de ter consequências lesivas para a formação da identidade do indivíduo. Mas este forte entrelaçamento de reconhecimento e socialização dá lugar - em sentido oposto - a um conceito adequado de sociedade que nos permite ver a integração social como um processo de inclusão através de formas estáveis de reconhecimento (HONNETH, 2006, p.135-136 – tradução nossa).

A citação reforça a premissa de Honneth de que o reconhecimento intersubjetivo é condição tanto para a realização plena das capacidades e propriedades dos sujeitos quanto para esses levarem adiante uma autorrelação prática pautada pela integridade pessoal, considerando que sem o reconhecimento dos parceiros de interação não é possível ao sujeito a formação de uma autorrelação positiva, nem a realização espontânea de metas de vida escolhidas de modo autônomo. O Projovem Adolescente é direcionado a um grupo com uma identidade específica – jovens de 15 a 17 anos –, que vive um período inevitável e temporário, constituído por sujeitos em processo de construção de sua identidade social e também reivindicam um espaço no meio coletivo que propicie a sua inclusão social como mecanismo de ampliação do horizonte normativo social.

O Projovem Adolescente, se interpretado como educação não formal, precisa considerar a concepção honnethiana de que a integração social acontece pelo reconhecimento e que a noção de justiça precisa possuir um caráter de igualdade de direitos: “[...] no sentido de que todos os membros da sociedade se consideram portadores dos mesmos direitos e, por conseguinte, é reconhecido a todos uma autonomia igual” (HONNETH, 2006, p. 138). Passa por esse entendimento a ideia de que a necessidade de reconhecimento é universal, portanto essencial e inerente à integração social.

Os princípios de reconhecimento possibilitam refletir no Projovem Adolescente a noção de justiça vinculada ao princípio de igualdade e às normas que determinam as formas de integração social (socialização e inclusão) que se constituem em fator de progresso moral, critério importante para a inclusão e individuação. O progresso moral é uma construção social e histórica possível nos espaços em que os sujeitos se reconhecem e se modificam, trazendo novas perspectivas na interpretação de valores em todas as esferas que integram aspectos da personalidade individual e do bem comum.

A teoria de Honneth (2006) contribui com o Projovem, nesse ponto, ao considerar que a luta por reconhecimento se constitui como uma luta em torno da “aplicação e interpretação” apropriada do excedente de validade dos princípios específicos das esferas de reconhecimento. Desse conflito deriva a dialética moral entre o universal e o particular, o que significa que o ponto de partida das exigências inclusivas (situação de vida, trabalho, direitos entre outros) é uma perspectiva particular que não encontrou o respaldo apropriado dos princípios do reconhecimento (amor, direito e mérito/solidariedade), ou seja, do universal, e se constitui em motivação da busca por reconhecimento.

Essa dialética moral, segundo Honneth (2006), é a representação do excedente de validade das formas de desenvolvimento do reconhecimento, uma vez que o processo de universalização das normas acontece no sentido da individualização e da inclusão que logicamente se inter-relacionam: o reconhecimento de uma diferença (individualização-particularização) amplia o alcance da norma de reconhecimento (inclusão-universalização). Portanto, individualização e inclusão são critérios de progresso moral. Nas palavras de Honneth:

Por um lado, vemos aqui um processo de individualização, ou seja, o aumento de oportunidades de articular de maneira legítima as partes da própria personalidade; de outra, vemos um processo de inclusão social, isto é, a expansão da inclusão de sujeitos em círculos de membros plenos da sociedade (2006, p.144).

O Projovem Adolescente, lido sob a perspectiva da teoria do reconhecimento, poderá possibilitar atuação sobre aspectos subjetivos do indivíduo e do grupo formando uma cultura de inclusão que desenvolve laços de pertencimento e ajuda na construção da identidade coletiva. Dessa forma, a identidade coletiva pode colaborar para o desenvolvimento da autoestima fundamentada no critério da solidariedade e na identificação de interesses comuns como parte do processo de construção da cidadania.

As dimensões metodológicas do Projovem Adolescente consideram os contextos da vida cotidiana como espaços construídos intersubjetivamente e que possibilitam aos indivíduos o autoconhecimento de suas habilidades e necessidades. Assim, a exteriorização das necessidades e habilidades ocorre no espaço público, ou seja, na interação social, os indivíduos aprendem a reconhecer em si mesmo as capacidades e os direitos, do que emergem elementos específicos de sua personalidade que adquirem aprovação e reconhecimento social da coletividade. É por meio das lutas intersubjetivas e da expansão das experiências coletivas que acontece o autoaprendizado das limitações, possibilidades e

habilidades particulares de cada indivíduo que podem ou não ser validadas socialmente. Nas palavras de Ventura:

Por meio das lutas intersubjetivas os sujeitos buscam ganhar aceitação de suas reivindicações identitárias e, assim, consolidar um horizonte de interpretação de valores para as suas práticas. Os processos de lutas são inseparáveis de um conjunto de direitos que lhe asseguram a expansão crescente de sua autonomia. [...] são os contextos da vida cotidiana, intersubjetivamente construídos, que asseguram e encorajam os indivíduos ao autocontato com suas próprias necessidades e habilidades pessoais, pelo qual exteriorizam conflitos e articulam e expressam suas necessidades na vida cotidiana e no espaço público (2011 p.161).

O Projovem Adolescente constitui-se em um espaço social permeado pela pluralidade de valores e de diferenças individuais. Do confronto dessas diferenças emerge uma disputa por estima social, pois mesmo que estejam determinados certos padrões sociais inclusivos, esses não trarão a todos a mesma forma de inclusão. Sabe-se que a autoestima se estabelece quando há um reconhecimento do outro como alguém com quem se partilha objetivos comuns, que participa da mesma cultura e que nela tenha valor.

Na perspectiva da formação humana, o excedente de validade possibilitado pelas instituições sociais implicaria interagir por meio das dimensões do Projovem Adolescente no sentido de provocação aos jovens sobre o significado de ser parte e contribuir na sociedade “[...] mediante exercício das próprias capacidades [...]”, para além da inclusão via trabalho (CENCI, 2013, p. 286). Enquanto programa social, o Projovem Adolescente demonstra a necessidade de superar a ideia de que a inclusão social se efetiva exclusivamente pelo trabalho e indica para a busca de uma proposta que fortaleça os processos sociais de participação, estabelecendo um diálogo crítico que propicie a ampliação das relações intersubjetivas. Esse fortalecimento possibilitaria aos sujeitos envolvidos um resgate do seu autorrespeito e de sua estima social na medida em que propicia maior visibilidade aos participantes no meio coletivo. Nesse sentido, a teoria do reconhecimento poderia contribuir na ampliação da proposta de formação do Projovem Adolescente na medida em que:

[...] defende um pressuposto ético-moral que visa compatibilizar a ideia de autonomia e autoestima pessoais – diretrizes primordiais do processo educativo – com o estabelecimento de relações sociais justas e solidárias. Em outras palavras, entende que o processo de educação e de formação somente poderá surtir efeito positivo se for interpretado, antes de mais nada, como campo de experiências sociais (FLICKINGER, 2011, p. 230).

Isso permite visualizar no Projovem Adolescente como um espaço de experiências sociais uma vez que, como programa socioeducativo que é, tem por meta oferecer as

ferramentas necessárias para o empoderamento pessoal, intelectual e político, por meio do resgate da autoestima, da consciência dos direitos e da pertença social. Portanto, se lido a partir da teoria do reconhecimento a socioeducação presente no Projovem Adolescente possibilitaria uma formação mais ampla, não fundamentada somente na transmissão de conhecimentos formais ou na aquisição de valores individuais que facilitam a inserção no “mundo do trabalho”, tido como principal via de inclusão social, mas contribuiria por meio de uma construção integrada e dinâmica para o diálogo com as contradições do cotidiano, enfatizando a proatividade dos comportamentos coletivos no processo de mudança. Dessa forma, as dimensões metodológicas do programa como uma proposta de educação não formal, lida pela perspectiva da teoria do reconhecimento de Honneth, estaria voltada ao fortalecimento dos processos de socialização e de inclusão social.

4 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Esta dissertação objetivou tematizar, a partir da análise dos eixos estruturantes e das dimensões metodológicas do Projovem adolescente, a dimensão socioeducativa desse programa como proposta de educação não formal, lida à luz da Teoria do Reconhecimento de Honneth. A socioeducação desenvolvida de forma preventiva e protetiva no programa permite tomá-lo como proposta de educação não formal. Isso pode ser verificado na medida em que as dimensões socioeducativas do programa se propõem a resgatar o sentimento de valorização de si próprio, oferecendo aos indivíduos possibilidades de desenvolvimento dos sentimentos de autovalorização e de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, bem como do desejo de lutarem para serem reconhecidos com direitos iguais dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.).

Como destacamos, Honneth indica que as formas de reconhecimento adequadas à promoção da integração social, mediante inclusão e socialização, são aquelas que, com base nos princípios do reconhecimento, possibilitam ampliar social e substancialmente seu alcance prático-normativo. O Projovem Adolescente opera em situações de desrespeito marcadas pela exclusão social e propõe ações que emergem da necessidade de expansão da participação dos jovens na esfera pública e, também, da superação das situações de risco.

Evidentemente, as ações do programa não podem ser vistas de forma isolada, mas, sim, em conjunto com a dinâmica socioeconômica da sociedade brasileira, haja vista que os “caminhos emancipatórios” (HONNETH, 2003) não são, de forma alguma, instituídos a partir da implementação de uma política social, mas, fundamentalmente, de uma política associada a reformas sociais, políticas e econômicas mais radicais, de tal modo que, aqui, já se depreende a importância da teoria social honnethiana no sentido avaliativo. Todavia, de outro modo, o programa evidencia a lacuna existente entre a própria política de inclusão via educação não formal e o contexto sociocultural mais amplo onde os jovens se encontram. O Projovem Adolescente possui uma proposta de inclusão social bastante pretensiosa que atribui ao programa responsabilidades que, diante da dinamicidade da realidade, tornam-se em parte questionáveis, pois a lógica que o sustenta não tem o poder de modificar relações que são próprias da sociedade na qual está inserido. Embora exista no programa uma determinação na formulação teórica de privilegiar os processos formativos, precisamos ponderar que entre o “pensado e o realizado” há um longo caminho a ser percorrido.

Metodologicamente, enquanto educação não formal, as ações do Projovem, se relacionadas com a teoria do reconhecimento, ampliam as possibilidades formativas na

medida em que o programa tem como proposta de trabalho o aprendizado relacionado a diferenças, à interação com os outros, à socialização, ao respeito mútuo, à adaptação do grupo a diferentes culturas, à construção da identidade coletiva de um grupo e ao balizamento de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente. Dito de outro modo, isso dá ao programa uma especificidade no processo educativo que parte da experiência social para um processo que possibilita aos jovens relacionarem-se entre si, conduzindo-os à conscientização das experiências individuais, das orientações culturais e das normas morais do grupo.

Desta pesquisa, extrai-se a necessidade de estendê-la no contexto específico dessa política, ampliando-a nas concepções que a fundamentam, bem como a crença nas possibilidades de que o aprimoramento do programa a partir do conhecimento de seus limites e suas possibilidades pode, sem dúvida, contribuir para a formação de uma geração muito mais participante na vida social.

Nessa aproximação com a teoria do reconhecimento de Honneth, constatou-se a presença de elementos que contribuem para reforçar o caráter protetivo e inclusivo da socioeducação. A contribuição de Honneth possibilita olhar a “aspiração por reconhecimento” numa perspectiva de valores em disputa e exige considerar a relevância da estima social na perspectiva ética da autorrealização (vida boa). Não se trata de ignorar a relevância das desigualdades sociais, econômicas ou as relações presentes na sociedade atual, mas de perceber que as situações cotidianas de desrespeito, como a negligência e a desproteção vividas pelos jovens não decorrem somente da falta ou da pouca renda, como também da desvalorização de características e de propriedades individuais ou coletivas dos jovens e que se constituem em restrições para o desenvolvimento de uma vida pautada na experiência de justiça e de reconhecimento intersubjetivo.

As contribuições da teoria do reconhecimento para o Projovem Adolescente permitem inserir novos elementos na caracterização do programa, tais como o respeito às escolhas, aos modos de vida dos jovens, aos seus padrões estéticos, seus valores morais e cognitivos, o que implica ultrapassar a simples tolerância. Implica desenvolver valores que permitam viver relações simétricas e igualitárias entre diferentes, sob uma perspectiva que vise ampliar aprendizados e multiplicar referências em pessoas e instituições. Trata-se da possibilidade da defesa de uma sociabilidade ampliada, na qual os jovens, suas opiniões e suas escolhas sejam valorizados coletivamente. Todavia, não se trata de uma visão harmônica e idealizada da sociedade, ao contrário: revela-se no reconhecimento de que a convivência das diferenças provoca conflitos e disputas e que não há uma perspectiva de eliminação. Sinaliza, sim, que

esses conflitos podem ocorrer sem que se perca de vista uma perspectiva de igualdade e de pontos de vista diferenciados.

O Projovem Adolescente caracteriza um espaço de proteção, de socialização, de desenvolvimento social e cognitivo. É um programa social que deriva de uma política pública que busca atender jovens em situação de abandono afetivo, moral, intelectual, familiar e de desprezo social, e contribui para o fortalecimento das três dimensões do reconhecimento: de amor, de direito e de estima social, de maneira a proporcionar a integração social. Assim, com um adequado suporte pedagógico e social, esse programa pode ser operacionalizado, a partir da proposta de reconhecimento que oferece importantes elementos para pensar o âmbito da formação humana. Para tanto, o aspecto metodológico precisará ser repensado nos moldes da educação não formal de modo pleno, embora se saiba se esse é um caminho que requer um novo posicionamento, que exige mudanças para que seja instituído socialmente esse tipo de educação, uma vez que, no Brasil, apesar da tradição dessa prática, não tem-se legislação que organize e/ou priorize a educação não formal como processo para a formação de sujeitos.

Uma premissa importante a ser considerada para o programa, a partir da teoria do reconhecimento, é de que as instituições têm um excedente de validade intrínseco, de caráter normativo que permite o enfrentamento das situações de desrespeito vividas e que conduz para a autorrealização, no sentido da socialização e da inclusão social. Vale lembrar que, para Honneth, a socialização dos seres humanos só pode ser exitosa se levada adiante sob as condições de uma liberdade cooperativa, e isso exige compreender que a socialização e a inclusão só são possíveis quando combinadas com a autorrealização dos demais membros da sociedade por meio de princípios e de objetivos aceitos por todos.

Nesse sentido, poderíamos pensar o Projovem como espaço que abriga um potencial de formação da subjetividade humana, viabilizando, inclusive, demandas formativas mais exigentes do que aquelas propostas no âmbito das instituições ou da realidade social existente. Isso pode indicar a possibilidade de que as instituições sociais constituam-se em locais de estímulo para o desenvolvimento da socialização e o favorecimento da inclusão social, como um espaço promotor de igualdade, a partir de uma proposta de formação nos moldes do reconhecimento, tomando como base a sociabilidade humana, que está na base da confiança recíproca e caracteriza-se pela existência da cooperação orientada por procedimentos democráticos e sustentados pela consciência de cooperação social resultados de processos de individuação e de socialização satisfatórios.

Criar condições para o reconhecimento intersubjetivo como proposta central para o Projovem Adolescente implica o redimensionamento de ações diferenciadas que partem da

possibilidade de fortalecimento de vínculos dos participantes com suas famílias, grupo e comunidade, uma vez que a experiência do reconhecimento das próprias capacidades e necessidades propicia aos seres humanos adquirirem condições para configurar as suas metas de vida de maneira autônoma. Implica a garantia de direitos e autorrealização, uma vez que as formas de reconhecimento que são adequadas e que promovem a emancipação são aquelas que, com base em princípios já aceitos de reconhecimento, possibilitam ampliar social e substancialmente sua aplicação e as relações de reconhecimento intersubjetivo. Nesse sentido, entendemos que o Projovem Adolescente, como proposta educativa não formal, tomada sob o prisma da teoria do reconhecimento, apresenta um potencial de reconhecimento intersubjetivo capaz de contribuir para a formação da identidade, da socialização e da inclusão social.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Orgs.), Outros. *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALBORNOZ, S. G. *As esferas do reconhecimento: Uma introdução a Axel Honneth*. Cadernos de Psicologia do Trabalho. v. 14, n. 1, p. 46-47, 2008.

ARCANJO, A. S. *A teoria do reconhecimento de Axel Honneth no âmbito do trabalho*. Trabalho de Conclusão (Curso de Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. URGs, Porto Alegre, 2010.

BRAGA, M. M. S. *Reconhecimento Social e Autonomia Intersubjetiva: Direito e inclusão da pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho*. Dissertação. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Faculdade de Filosofia e Ciências. Campus de Marília – SP, 2010.

BRASIL. *Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS/CNAS, 2004.

_____. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social: NOB-SUAS*. Brasília: MDS, 2005.

_____. Conselho Nacional de Juventude. *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Caderno de concepção Juventudes e Adolescências do Serviço Socioeducativo de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social*. 1. ed., Brasília, 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Traçado metodológico do Projovem Adolescente*. 1. ed., Brasília, 2009b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percorso socioeducativo I: Criação do Coletivo*. 1. ed., Brasília, 2009c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percorso socioeducativo II: Consolidação do Coletivo*. 1. ed., Brasília, 2009d.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percorso socioeducativo III: Coletivo Pesquisador*. 1. ed., Brasília, 2009e.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percorso socioeducativo IV: Coletivo Criador*. 1. ed., Brasília, 2009f.

_____. *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. Síntese dos Indicadores*- IBGE. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_sintese.shtm. Acesso em: 29 set.2013

_____. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso: 05 abr. 2013.

_____. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; dá outras providências. Brasília, 2008a. Disponível em: <<http://projovem.gov.br/docs/pjurbano/leipjurbano.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

_____. *Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Disponível em: <<http://www.dji.com.br>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. *Observatório Participativo da Juventude*. Brasília, 2013. Disponível em: www.participatorio.juventude.gov.br. Acesso em: 06 nov. 2013.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. *Políticas de Juventude*. Imprensa Nacional. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>. Acesso em: 26 jan. 2014.

CALIMAN, G. *Paradigmas da Inclusão Social*. Brasília: Editora Universia; Unesco, 2008.

_____. *Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador – Revista Ciências e educação - Unisal* - p. 341-368. Americana- São Paulo, 2010. Disponível em: <http://socialeducation.files.wordpress.com/2010/11/calimanpedagogiasocialtransformadora.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2014.

CARIDE, J. A. *Las fronteras de la Pedagogia Social*. Perspectivas científica e história. Barcelona. Espanha, Editora Gedisa S. A., 2004.

CARVALHO, A. D de.; BAPTISTA, I. A Pedagogia Social na revalorização do estatuto antropológico do sujeito. *Revista Interuniversitária*, n. 10. Segunda época. Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto. 2003.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Uma Crônica do salário. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

CENCI, A. V. *Individuação e reconhecimento: a formação humana entre os paradoxos do individualismo de autorrealização e liberdade comunicativa*. Educação. Porto Alegre- RS. v. 36, n. 3, p. 314-324, set./dez. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/15529/10661>. Acesso em: 04 set. 2014.

_____. *Reconhecimento e Progresso Moral: aportes da concepção de modernidade de Honneth para a ideia de formação humana*. Linhas Críticas, v. 19, n. 39, p. 271-188. Brasília - DF, 2013.

_____. Reconhecimento, conflito e formação na Teoria Crítica de Axel Honneth. *Revista Educação e Filosofia*, v. 27, n. 53, p. 323-342. Uberlândia, MG, 2013.

CORRACHANO, M. C. et al. *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas no Brasil*. Ação Educativa e Instituto IBI. São Paulo, 2008.

COSTA, J. C. de C.; SOARES, S. de P. L. Desigualdade Social, Vulnerabilidade e Reconhecimento: Uma Introdução á Contribuição da Teoria social Pós-Crítica. In: *Revista Política e Trabalho*, n. 3, p. 235-252, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/9042>. Acesso em: 12 jul. 2014.

DAYRELL, J. *O jovem como sujeito social*. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf. Acesso em: 14 maio 2013.

FLICKINGER, H.G. *Os Graus do reconhecimento Social. A crítica de G.W.F. Hegel*. Civitas, *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 80-93. Porto Alegre, RS, 2008.

_____. A dinâmica do conceito de formação. In: *Sobre Filosofia e educação: Racionalidade, diversidade e formação Pedagógica*, p. 64-80. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

_____. *A caminho de uma pedagogia hermenêutica*. Campinas - SP: Autores Associados, 2010.

_____. A teoria do reconhecimento na práxis pedagógica: a exemplo de conflito entre diretrizes ético-morais. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 18, n. 2, p. 220-233. Passo Fundo, 2011.

GADEA, C. A. A juventude e violência: uma abordagem sobre a dignidade e diferenciação. Congresso Brasileiro De Sociologia, XV. Curitiba - PR, 2011. Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com. Acesso em: 13 dez. 2013.

GOHN, M. da G. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

GONH, M. da G. Educação não formal na pedagogia social. Ano 1. CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL. Março/2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext. Acesso em: 7 maio 2014.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34. 2003.

_____. *Redistribución o recocimiento? Un debate político-filosofico*. Madrid: Ediciones Morata, S. L. 2006.

_____. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. *Civitas, Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-67. Porto Alegre, RS, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_atlas.shtm Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_estudos_analises.shtm. Acesso em: 10 out. 2013.

JOVCHELOVITCH, M. N.; WERTHEIN, J. *Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. Brasília: Unesco, 2003.

LOPES, J. R. Exclusão

social, privações e vulnerabilidade: uma análise dos novos condicionamentos sociais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <<http://www.scielo.br>. Acesso em: 11 jul. 2014.

NAVARRO, F. H. T. Las esferas de reconocimiento em La Teoria de Alex Honneth. *Revista de Sociología*. n. 26, p. 54-57. 2011. Disponível em: <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/sociologia/articulos/26/2603-Tello.pdf>. Acesso em: 20 maio 2013.

OLIVEIRA, M.L. Uma problematização da noção de risco na atual Política Nacional de Juventude- SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, XI. Recife – Brasil, 2009.

PEREIRA, I.; BARONE, R. E. M. *A Universidade, a educação social e a formação do sócioeducador*. 2012. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/IrandiPereira_res_int_GT3.pf. Acesso em: 30 jun. 2014.

PIZZIO, A. As Políticas de Reconhecimento como Elemento de Redução das desigualdades Sociais. In: *Revista Ciências Sociais Unisinos*, n. 1, p. 80-86, 2008.

REVAGNANI, H. B. *Luta por Reconhecimento; a filosofia Social do jovem Hegel segundo Honneth*. Kinesis, v. 1, n. 1, p. 39-57. Unesp. Marília. São Paulo, março de 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/HerbertBarucci> Acesso em: 08 nov. 2013.

SAAVEDRA, G. A. SOBOTTKA, E. A. Introdução a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth. *Civitas, Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 9-18. Porto Alegre, RS, 2008.

SILVA, J. P. da. *Sobre a Relação entre trabalho e reconhecimento na Teoria de Axel honneth: uma nota crítica*. 34º Encontro Anual ANPOCS (versão Preliminar). Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1567&Itemid=350 . Acesso em: 2 jan. 2014.

_____. *Trabalho, Cidadania e Reconhecimento*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, R. da. A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação de liberdade. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. As bases científicas da Educação não-formal. In: *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

SOLONIA, M. Suffering from Exclusion. On the critical impulse of the theory of recognition. *Civitas, Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 125-136. Porto Alegre, RS, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4325/3267>. Acesso em: 2 fev. 2014.

TORRES, A. S. *Segurança de convívio e convivência: direito de proteção na Assistência Social*. Tese (Doutorado) - PUC - São Paulo – SP, 20013.

VENTURA, T. Luta por Reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. *Revista de Sociologia Política*, v. 19, n. 40, p. 159-170. Curitiba. 2011.

_____. *Luta Social por Reconhecimento: Identidade ou inclusão*. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2982&Itemid=171. Acesso em: 19 maio 2013.

CIP – Catalogação na Publicação

M849p Morgan, Marisa Ighes Orsolin
Programa Projovem adolescente : um olhar a partir da teoria crítica de Honneth / Marisa Ighes Orsolin Morgan. – 2014.
83 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Vitório Cenci.

1. Educação. 2. Sociologia educacional. 3. Adolescentes. 4. Honneth, Alex, 1949- - Crítica e interpretação. I. Cenci, Angelo Vitório, orientador. II. Título.

CDU: 37.015.4

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

